

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 5 DE SETEMBRO DE 2024

NÚMERO 22.452 • 34 PÁGINAS • R\$ 4,00

ENTREVISTA | Bruno Dantas

"Vivemos um drama humano com as mudanças no clima"

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O meio ambiente foi um dos principais temas da entrevista do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, ontem, ao *CB.Poder*. A Corte preside a Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), que discute

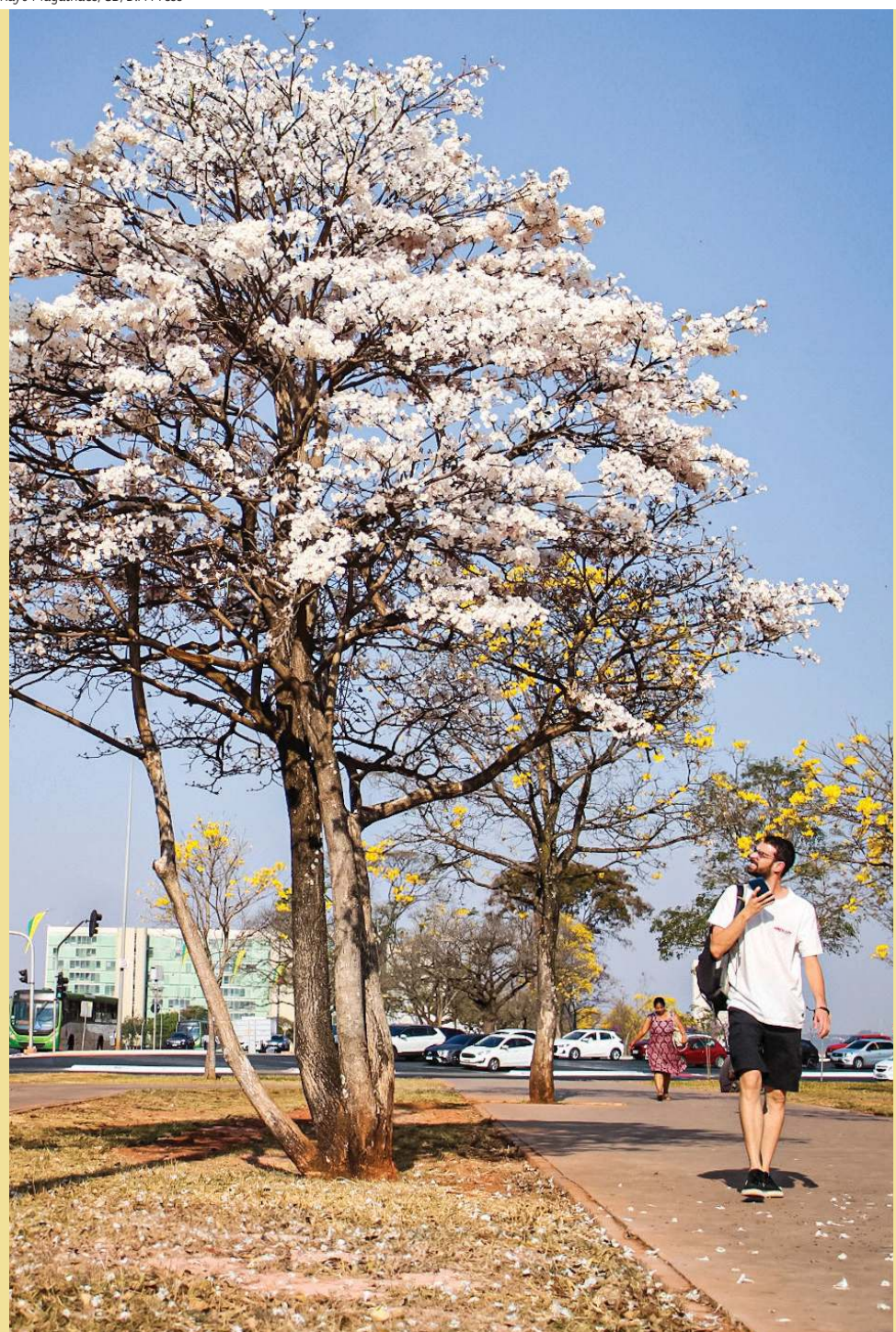
junto à ONU medidas contra as mudanças climáticas. "Só com planejamento governamental se combaterá, eficientemente, os extremos climáticos", avalia. Segundo o ministro, eventos trágicos, como as enchentes do Sul, mostram que as pessoas não podem

mais negar que a atuação do homem conduziu ao caos climático. "Agora vivemos um drama humano." Dantas também falou sobre questões como transparência nos repasses de recursos da União, emendas do Orçamento e assédio contra mulheres no trabalho.

● Marina Silva, no Senado: "Amazônia perde umidade e Pantanal está em extinção"

PÁGINAS 2 E 7

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Lindo e rápido — Brasilienses se deslumbram nas ruas com a florada do ipê-branco no auge da seca. E essa espécie é diferenciada entre os ipês. Enquanto a maioria das flores dura até nove dias, as brancas não passam de quatro. Corre pra ver! PÁGINA 18

Valparaíso

Incertezas no prédio onde houve incêndio

Vinte apartamentos estão interditados no condomínio onde três pessoas morreram. Moradores adotaram mais cuidados com o gás. Suspeita de explosão causada por produtos de impermeabilização segue investigada.

PÁGINA 15

A mineração em debate

Com apoio do Ibram, **Correio** reúne especialistas hoje, a partir das 9h, para debater o setor no Brasil. PÁGINA 7

Música de volta ao Eixão

Coletivos musicais que obtiverem licença do DER poderão fazer apresentações. Bebidas são proibidas. PÁGINA 14

Tiros em escola, na Geórgia

Um estudante abriu fogo, no estado americano, matando quatro pessoas e ferindo nove. PÁGINA 9

Reprodução Instagram



Influenciadora é presa

Uma operação da Polícia Civil de Pernambuco, que mirou a ação de influenciadores digitais suspeitos de lavagem de dinheiro, levou à prisão de Deolane Bezerra. As investigações apontam que o grupo movimentou valores bilionários por meio de jogos de azar.

PÁGINA 8

Direito & Justiça

Corregedor com novo estilo

Na coluna *Data Venia*, da jornalista Ana Maria Campos, um indicativo de como atuará o novo chefe da Corregedoria Nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques.

Entrevista

Georges Seigneur fala sobre corrupção e direitos do cidadão.



Divulgação/MPDF

Artigo

O advogado Thiago Turbay Freiria analisa a suspensão da rede X.



Divulgação

Na rota da Bola de Ouro

Vini Jr. e Gabi Portilho são indicados ao prêmio da revista *France Football*. Atacante do Real Madrid aposta em temporada brilhante. Brasiliense recoloca o DF nas grandes premiações.



Rafael Ribeiro/CBF



Vitor Silva/CBF

Carol nada de braçada!

Pernambucana conquista a sexta medalha de ouro em Paralimpíadas, a terceira na piscina de Paris, e amplia o recorde de maior campeã do Brasil no megaevento.



Ana Patrícia Almeida/CFB

PÁGINAS 19 E 20

Publicidade



Segurança Jurídica e a competitividade da mineração brasileira

É HOJE!
a partir das 09h
Veja na página 17



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

Uma das preocupações do TCU é fazer com que os governos estejam preparados para a crise climática, que, hoje, é o novo normal

“É preciso planejamento contra eventos extremos”

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

Para o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, somente com planejamento governamental se combaterá, eficientemente, os extremos climáticos. Em entrevista à edição de ontem do CB.Poder — programa realizado em parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília —, foi enfático ao afirmar que a humanidade fomenta a crise ambiental sempre que não há preparação do Estado para enfrentá-la. Isso, por sinal, é o foco do TCU ao presidir a Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), que trabalha junto às Nações Unidas e discute medidas para combater as mudanças climáticas. Na conversa com os jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza, Dantas comentou a respeito da transparência nos repasses dos recursos da União, emendas ao Orçamento e assédio sexual e moral contra as mulheres no ambiente de trabalho. Leia a entrevista a seguir.

Como funciona a auditoria internacional para o clima do TCU?

Para aqueles que eram negacionistas das mudanças climáticas, agora vivemos um drama humano que não permite mais que essas pessoas neguem que a atuação do homem conduziu a esse caos climático. Somente medidas muito intensas e muito rápidas nos permitirão um alívio para as próximas gerações. O mundo vive um momento de extremos climáticos — ou seja, aquilo que era extremo agora é normal. Então, precisamos de políticas públicas dedicadas a esse novo normal. E o papel do TCU também é de fiscalizar a eficiência das políticas públicas. Por isso, preside uma auditoria global — que conta com 195 países que estão dispostos a discutir medidas para combater as mudanças climáticas — chamada Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai, em inglês) junto à ONU. Desenvolvemos uma metodologia que chamamos de Scanner do Clima, estruturada em três grandes eixos: políticas públicas, financiamento e governança. Tem a função de entender as estruturas, os planos e os investimentos da questão climática em cada país.

Qual é o resultado até agora?

A primeira parte foi a definição da metodologia que vamos trabalhar. Em uma reunião com 18 países, como Estados Unidos, México e Emirados Árabes Unidos, conseguimos pensar de que maneira avançar no combate às mudanças climáticas. A partir daí, fizemos workshops, oficinas de aprendizagem e treinamento para auditores em diversos países que já aderiram ao Scanner. Dos 195 países-membros da Intosai, quase 140 aderiram formalmente e têm auditores formados, que vão colher os dados dos seus governos mediante essa técnica que estruturamos para alimentar o Scanner do Clima.

Como a Intosai fará para que países como China, Índia e EUA, que são grandes poluidores, diminuam as emissões de gases?

O Scanner do Clima é uma ferramenta de transparência. Permite que o cidadão veja o que o governo está fazendo para diminuir as mudanças climáticas. Apostamos muito na participação popular — ou seja, a sociedade de cada país vai cobrar as melhorias. O que queremos é adotar a cidadania de cada um desses países como instrumentos para cobrar os governos.

Sobre os eventos climáticos extremos, como o senhor avalia a eficiência dos gastos emergenciais em tragédias

ambientais? Não seria melhor falar em prevenção do que em emergência?

No passado, podia-se falar sobre emergências climáticas — hoje são normais. Se não há planejamento para lidar com isso, o que fazemos é fabricar a emergência. Precisamos de planejamento de Estado para eventos extremos, para evitar que participemos das emergências. Por exemplo: no Rio Grande do Sul, o Brasil vai gastar, talvez, metade do que gastamos em um ano de pandemia — estamos falando de R\$ 500 bilhões. Será que não deveríamos ter feito um planejamento adequado para tentar frear os alagamentos excessivos?

Em relação ao Orçamento da União para 2025, como o senhor vê esse planejamento, que está bem apertado?

É um desafio permanente no Brasil. Costumo dizer que quem decidiu o programa que vai ser executado durante quatro anos foi o eleitor. Quando o eleitor escolhe o programa, cabe às instituições se adequarem e fazerem o melhor para que seja desempenhado da maneira mais eficiente possível. O papel do TCU não é dizer que o governo deve eliminar essa ou aquela política. Deve dizer que aquelas políticas públicas que foram legitimadas pelo voto devem ser eficientes, ao enxugar os desperdícios ou reformular as propostas para caber no Orçamento. Além disso, acredito que é preciso uma revisão periódica das políticas públicas, porque não é possível instituir uma política pública e achar que produzirá os mesmos resultados ao longo de 30 anos. Recentemente, o TCU fez uma pesquisa que mostrou que o ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) apresentam desperdícios, falta de definição de metas e de monitoramento. É esse tipo de ineficiência que o TCU busca suprir. Claro que é preciso que as contas públicas estejam equilibradas. Achar que o endividamento é uma solução é um erro. Pode funcionar para fazer um investimento muito pontual, mas não dá para gastar mais do que se arrecada.

O governo está sendo eficiente em relação aos cortes de gastos?

Acho que tem um esforço nessa direção. Mas ainda não é possível fazer uma avaliação sobre a eficiência em relação a esses cortes.

Sobre a crise da transparência das emendas parlamentares, como o tribunal a avalia?

É importante que se diga que o TCU foi o primeiro a apontar

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



No passado, podia-se falar sobre emergências climáticas. Hoje, as emergências são normais. Se não há planejamento para lidar com isso, o que fazemos é fabricar a emergência”



As transferências de fundo para fundo sempre foram polêmicas porque impedem a fiscalização dos órgãos de controle federais. Depois que o dinheiro caía na conta, não tinha como saber mais qual foi a origem



Achar que o endividamento é uma solução é um erro. Pode funcionar para fazer um investimento muito pontual, mas não dá para gastar mais do que se arrecada”

os problemas de transparência nas emendas de relator, que, depois, a imprensa apelidou de Orçamento Secreto. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de exigir transparência prestigia a Constituição. Quem fala sobre os princípios da administração pública — que são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência — é o Artigo 37 da Constituição. O Supremo nada mais fez do que prestigiar a Constituição. Claro que quando falamos de Orçamento, é um erro achar que só há problemas na parte administrada pelo Congresso. Sempre bato na tecla de

que o Orçamento administrado pelo próprio governo federal tinha problema nas transferências fundo a fundo, que são recursos de alocação discricionária — aquelas feitas entre entes públicos. Essas transferências de fundo para fundo sempre foram polêmicas porque impedem a fiscalização dos órgãos de controle federais. Depois que o dinheiro caía na conta, não tinha como saber mais qual foi a origem.

Para as transferências fundo a fundo, há alguma solução?

Sim. O ministro Flávio Dino acatou o pedido do TCU de

determinar a criação de contas específicas para as transferências fundo a fundo. Da mesma maneira, as “emendas Pix” também vão ter mais transparência com uma conta específica para cada transferência. É a partir da decisão do Supremo que vão poder ser rastreadas da origem ao destino.

Um assunto que o TCU tem se empenhado muito é sobre o assédio no ambiente de trabalho. Como está a questão?

O TCU tem nome de Tribunal de Contas, mas é um tribunal que zela, sobretudo, pela eficiência da administração

pública da União. Uma das nossas diretrizes principais é a de profissionalizar e induzir boas práticas na administração pública. Uma das maiores razões que impedem que as mulheres ocupem funções de destaque nas empresas e nos órgãos públicos é o assédio, seja sexual ou moral, que inibem a vontade delas de progredir. Dentro do TCU, criamos diretrizes e políticas de combate ao assédio, porque não existe melhor forma de combater um problema crônico do que falando a respeito e aprendendo.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

BRB
58
ANOS

BANCO BRB 58 ANOS.

JUNTOS, CONSTRUINDO

UM FUTURO MAIS SÓLIDO

E INOVADOR PARA TODOS.

Ao longo de 58 anos, o Banco BRB se consolidou como uma instituição que une tradição e inovação para oferecer as melhores soluções aos seus clientes sem perder o seu olhar voltado para o desenvolvimento econômico e social do País. Com um compromisso sólido com seus clientes, a comunidade, as pessoas e os acionistas, o BRB segue em evolução contínua, construindo o futuro junto com você.

banco
BRB

brb.com.br

AGENCIAM

ORÇAMENTO SECRETO

Mais prazo para apontar as cidades beneficiadas

Dino concede 72 horas para a Controladoria da União apresentar os 10 municípios campeões no recebimento de emendas parlamentares por habitante entre 2020 e 2023

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu, ontem, o prazo para a Controladoria-Geral da União apresentar o relatório sobre as 10 cidades brasileiras que mais receberam emendas parlamentares por habitante entre 2020 e 2023. A CGU solicitou mais 72 horas para finalizar a análise técnica dos municípios.

Na decisão que concedeu a prorrogação do prazo, o magistrado afirmou que continua havendo “obstáculos ao integral cumprimento da decisão” que considerou inconstitucional o chamado **Orçamento Secreto**. Dino ressaltou que isso ocorre por conta da falta de identificação dos parlamentares que indicaram emendas de relator e de comissão.

O pedido de prorrogação foi protocolado pela Advocacia-Geral da União (AGU) no processo em que o Orçamento Secreto foi considerado inconstitucional. A CGU analisa dados sobre os municípios que receberam o maior volume de emendas parlamentares por habitante entre 2020 e 2023, e deve responder às seguintes questões: 1) qual foi a tramitação dessas emendas nos executivos federal e municipal? 2) em que estágio se encontram as obras ou ações para as quais os recursos das emendas foram destinados? e 3) quais os procedimentos ou regras de rastreabilidade, comparabilidade e publicidade foram usados em cada um dos municípios beneficiados? Somente neste ano, as emendas de comissão somam R\$ 15,54 bilhões do Orçamento — mais que o dobro de 2023, quando ficou em R\$ 6,9 bilhões.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Para o ministro, obstáculos emperram fim do Orçamento Secreto, considerado inconstitucional pelo STF

Manobra legislativa

O Orçamento Secreto começou em 2020 por meio da destinação de verbas do Orçamento da União para projetos definidos pelos parlamentares, mas sem identificação. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é considerado um dos pais da manobra, junto com o então ministro da Casa Civil do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, Luís Eduardo Ramos. A hoje ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal considerou o Orçamento Secreto inconstitucional em dezembro de 2022.

Sobre as emendas de comissão, Dino apontou que os portais de transparência “não informam, contudo, o nome do congressista que patrocina a indicação a cada beneficiário específico, mas atribuem, genericamente, a autoria da emenda RP 8 a tal ou qual comissão parlamentar”. O ministro afirmou que a CGU “tem se mostrado diligente, até o presente, no cumprimento das determinações deste Supremo Tribunal” e, por isso, não viu “qualquer prejuízo à razoável duração do processo” na prorrogação.

Mudanças

Dino fixou regras de rastreabilidade para o repasse de recursos. Conforme decidiu, os valores só poderão ser liberados depois

de os parlamentares inserirem na plataforma do governo informações referentes às transferências — como plano de trabalho, estimativa de recursos para a execução e prazo da execução, além da classificação orçamentária da despesa.

No mês passado, Dino fixou novas medidas para garantir transparência na execução das emendas parlamentares. Entre as determinações, a CGU deveria apresentar melhoras no site. Todas as informações disponíveis nos sistemas do Executivo e do Legislativo devem constar no sistema.

A partir de 2025, os ministérios terão que usar os códigos utilizados pelo Tesouro Nacional para identificar repasses vindos de emendas de relator (Código 3140) e de comissão (3130).

CONGRESSO

Motta tem bênçãos de Lula e Bolsonaro

» HENRIQUE LESSA
» CAMILA CURADO

Com as bênçãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-presidente Jair Bolsonaro, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) tornou-se, nas últimas horas, o candidato mais competitivo para concorrer à sucessão de Arthur Lira (PP-AL) no comando da Câmara dos Deputados. O parlamentar se reuniu-se, ontem, tanto com Lula como com Bolsonaro, que segundo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — presente ao encontro —, não teria obstáculos em apoiá-lo.

“Eles se encontraram para se conhecer. O presidente (Bolsonaro) não viu nenhum problema, mas a definição do apoio à candidatura vai depender se ele vai ser o candidato do (Arthur) Lira e de uma conversa com os parlamentares do partido”, explicou o senador.

A entrada de Motta mudou, em menos de 24 horas, o cenário da disputa. Considerado um hábil e bem relacionado, completa 35 anos em menos de uma semana, mas já está no quarto mandato na Câmara. Considerado protegido de Lira, conquistou a simpatia de deputados de todos os espectros políticos — dos governistas aos próceres do bolsonarismo.

A entrada de Motta na disputa veio depois da inviabilização da candidatura do presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP) — que abandonou a candidatura, na terça-feira, em favor do correligionário. O movimento de Pereira pode ser entendido como uma resposta a Gilberto Kassab (PSD), a quem chegou a atribuir a inviabilização da candidatura e do qual

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Deputado é conhecido por transitar da esquerda à direita, e é visto como nome de consenso para suceder Lira



Eles se encontraram para se conhecer. O presidente (Bolsonaro) não viu nenhum problema, mas a definição do apoio à candidatura vai depender se ele vai ser o candidato do (Arthur) Lira e de uma conversa com os parlamentares do partido”

Senador Flávio Bolsonaro, que acompanhou o deputado Hugo Motta na reunião com o ex-presidente para garantir apoio na disputa pela sucessão de Arthur Lira

não obteve respaldo.

Pereira comunicou a Lula que estava saindo da corrida e que daria a vez a Motta. Entre os questionamentos do presidente sobre o deputado,

uma referia-se à sua juventude. O presidente do Republicanos lembrou que o deputado era um veterano de quatro mandatos na Câmara. Horas depois, foi a vez de Motta encontrar-se com

Lula, levado pelo ministro Sílvio Costa Filho, dos Portos e Aeroportos — quando foi concedida a bênção presidencial.

O desejo do Palácio do Planalto e de Lira segue sendo construir uma transição consensual. Isso, porém, pode ser frustrado pelo entrave imposto por Kassab — que banca a candidatura de Antonio Brito (PSD-BA) — e pelas movimentações que Elmar Nascimento (União-BA) começou a fazer.

Ele cobrou o apoio de Lira em um encontro de mais de uma hora, ontem, na Residência Oficial da Presidência da Câmara. A reunião aconteceu a portas fechadas e nenhum dos dois parlamentares comentou a conversa. Elmar era apontado como o nome que teria o apoio de Lira à própria sucessão.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Depois das chuvas, a seca assola o Brasil

“Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da caatinga rala.

Arrastaram-se para lá, devagar, Sinha Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuiá pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás.

Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.

— Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.”

Vidas Secas (Editora Record), romance de Graciliano Ramos, publicado em 1938, de 176 páginas, é uma obra-prima da literatura brasileira. Retrata a vida miserável de Fabiano e sua família de retirantes sertanejos obrigada a se deslocar, de tempos em tempos, para áreas menos castigadas pela seca. São cenas que parecem distantes, principalmente depois de o canal do Rio São Francisco irrigar boa parte do semiárido do Nordeste, mas que podem se repetir em regiões inimagináveis, como os igarapés e várzeas da Amazônia, e áreas alagadas do Pantanal, castigadas pela seca e em risco de desertificação.

Segundo o Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), o país enfrenta a maior seca desde 1950, com exceção do Rio Grande do Sul. Nas últimas semanas, muitas cidades ficaram encobertas pela fumaça, entre as quais Brasília e São Paulo, com origem em incêndios florestais na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.

Nesta semana, cerca de 244 cidades brasileiras registraram clima igual ao do Saara, que varia de 14% aos 20% de umidade. Como Brasília, cuja seca no inverno é famosa, chegaram a registrar apenas 7% de umidade as cidades de Barretos, Marília e Tupã, em São Paulo; Goiânia, Luziânia e Morrinhos, em Goiás; Parnaíba e Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; e Itaituba, em Minas Gerais. As altas temperaturas e a fumaça agravam as condições sanitárias. A previsão é de que a situação ainda pode se agravar.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), setembro, o último mês do inverno, começou com uma forte onda de calor. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as máximas chegaram aos 40°C; no interior de São Paulo e Minas Gerais, as cidades chegaram a 39°C. Talvez o Brasil, nesta semana, seja o país mais quente do mundo, o que está diretamente relacionado ao aquecimento global, provocado pelo “efeito estufa” — a emissão de gases que retêm o calor solar na atmosfera terrestre, principalmente dióxido de carbono e gás metano. Zerar o desmatamento é a forma mais barata, eficaz e rápida de conter o aquecimento.

MUITAS CIDADES REGISTRARAM CLIMA IGUAL AO DO SAARA, QUE VARIA DE 14% AOS 20% DE UMIDADE. COMO BRASÍLIA, 10 CHEGARAM A REGISTRAR APENAS 7%

100 dias

Estamos na maior e mais extensa seca já registrada, com muitos lugares sem chuvas há mais de 100 dias, o que provoca a baixa umidade. Muitas cidades estão próximas de alcançar o nível de umidade do deserto do Atacama, no Chile, que é de 5%, o mais seco do mundo.

Ontem, na Comissão de Meio Ambiente do Senado, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, advertiu que o Pantanal pode deixar de existir até o fim do século. Na audiência com senadores, disse que será preciso ampliar os esforços e recursos de combate às consequências das mudanças climáticas. Propôs ao Congresso que crie um marco regulatório de emergência climática, que exclua da meta fiscal do governo federal os recursos gastos nessas condições.

No Congresso, há um negacionismo dissimulado em relação ao aquecimento global, para o qual a maioria dos políticos não está nem aí, principalmente nas fronteiras agrícolas e de mineração. Neste ano, o Brasil registrou o maior número de focos de queimadas desde 2010. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram 68.635 registros. De acordo com o Inpe, mais de 80% desses focos ocorreram na Amazônia e no Cerrado. Muitos são provocados pela seca, mas há, também, atividades criminosas.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ontem, a Hidrelétrica de Santo Antônio precisou paralisar parte das unidades geradoras em razão da seca extrema do Rio Madeira, em Rondônia, e está funcionando com apenas 14% das turbinas. O rio chegou ao menor nível já observado em quase 60 anos, atingindo 1,02m.

A Região Amazônica enfrenta um período de seca extrema. O Oceano Atlântico Norte mais aquecido que o normal e mais quente que o Atlântico Sul, e o fenômeno El Niño inibem a formação de chuvas. Com 3 mil km² de extensão, o Rio Madeira abriga duas das maiores usinas hidrelétricas do Brasil: Jirau e Santo Antônio, que geram energia para todo o país.

Próxima parada: *inovação e praticidade*

VISITE O
DECORADO



2 E 3 QTOS NO SMAS

2º Ofício R.6 M 75171



Edifício 7 Sul
SMAS Trecho 3 Lt. 7

EM CONSTRUÇÃO

2 e 3 Quartos

57 a 127 m²
Coberturas lineares
e duplex 70 a 125 m²

Garden Linear 2 e 3 Qtos

84 a 131 m²
com serviço

LAZER COMPLETO



**CORRETORES DE
PLANTÃO NO LOCAL**

SMAS
Trecho 3, Lote 7

VISITE NOSSAS CENTRAIS DE VENDAS

208/209 NORTE
Eixinho, ao lado do McDonald's

NOROESTE
CLNW 2/3

ÁGUAS CLARAS
Rua 33 Sul Lote 7

GUARÁ II
QI 23 Lote 5



ACESSE E
SAIBA MAIS

ADEMI

3326.2222
www.paulooctavio.com.br

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Um problema para Hugo

O veto do Planalto ao líder do União Brasil, Elmar Nascimento, para presidir a Câmara soa como o único discurso que o deputado baiano ainda pode se agarrar para tentar salvar sua candidatura à Presidência da Casa. Os aliados dele vão tentar seguir por aí para tentar empurrar a Hugo Motta a tarja de candidato do governo e, assim, buscar a oposição. Esse será um dos temas que o União Brasil discutirá em reunião da bancada marcada para segunda-feira.

A aposta de Elmar

Integrantes do União Brasil consideram que, se conseguir seguir por esse caminho, ainda tem jogo, uma vez que faltam quatro meses e meio para a eleição. Caso contrário, não restará alternativa a não ser desistir, seguindo os passos de Marcos Pereira.

A vacina de Hugo

Em tempo: Hugo Motta sabe que o União Brasil pode optar por esse movimento de busca à oposição. E, justamente por isso, logo no primeiro dia de sua pré-campanha, foi ao ex-presidente Jair Bolsonaro. O jeito do líder do Republicanos vai tentar unir os dois polos da política. E caminha para conseguir.

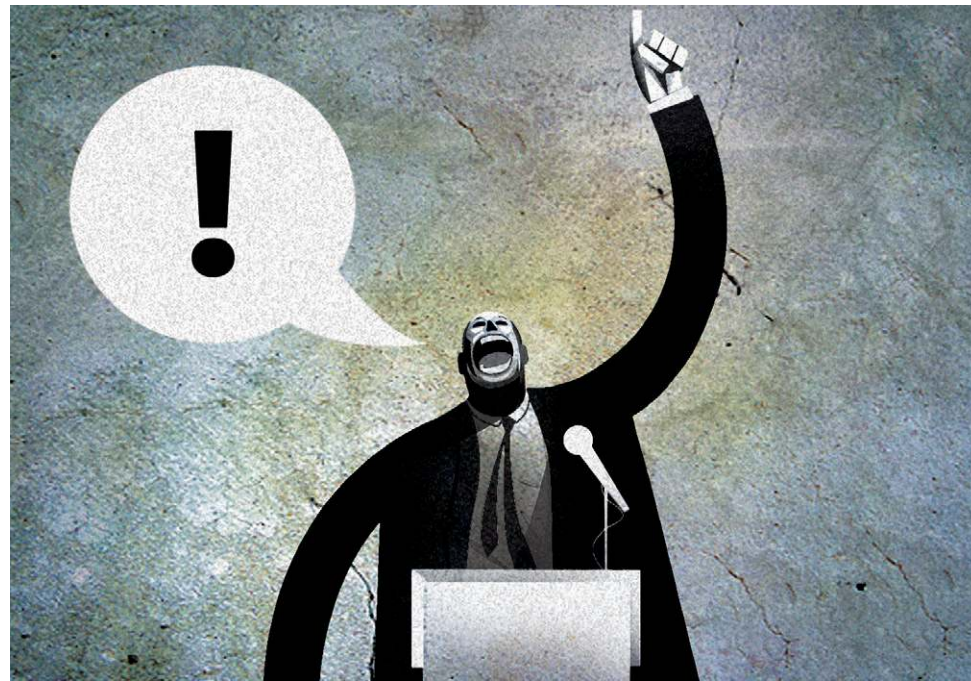
O script da oposição

A apresentação do manifesto pelo impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, nesta semana, não foi mero acaso. É que, se houver uma parcela expressiva de manifestantes na Avenida Paulista neste sábado contra Moraes e o STF, estará criado o discurso de que o impeachment tem apoio popular.

Arthur, o pragmático

O discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira, para, em breve, anunciar o seu apoio ao líder do Republicanos, Hugo Motta, está praticamente pronto. A ideia é dizer que, se fosse para escolher um amigo, escolheria Elmar Nascimento. Mas, para isso, precisaria construir 257 votos e, até aqui, isso não foi possível. Em termos de viabilidade eleitoral, Hugo Motta, a preços de hoje, tem mais condições políticas e já atraiu o Republicanos, o MDB, o PP do senador Ciro Nogueira e de Lira, o PT e mais uma parte da oposição.

Chega com ares de favorito e com poucos problemas e arestas. Nesse sentido, Arthur Lira caminha para jogar com Motta e evitar derrota. Do alto de quem preside a Câmara, Lira não pode sair derrotado da eleição para presidir a Casa. E é isso que procurou explicar ao União Brasil nas últimas 24 horas. Elmar, porém, apostará primeiramente numa tentativa de virar o jogo.



Emenda & clima

Diante da maior seca do país, vem um ultimato aos parlamentares. Ou eles indicam emendas para mitigar os efeitos desse clima extremo ou virão fotos de todos aqueles que não auxiliam na mudança de hábito a fim de atenuar os efeitos da emergência climática.

CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Deus ajuda.../ Relator da PEC da autonomia do Banco Central, o senador tucano Plínio Valério, do Amazonas, (foto) foi o primeiro a chegar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na quarta-feira. Tudo para ver se conseguia emplacar a proposta extrapauta. O presidente da comissão, Davi Alcolumbre (UB-AP), surpreso com a chegada de Valério tão cedo, desconvocou e foi falar com Jaques Wagner (PT-BA).

...quem cedo madruga, mas.../ Nem tanto. O senador baiano foi contra a inclusão da proposta em pauta. Agora, o tema deve ser discutido juntamente com a sabatina de Gabriel Galpão para presidência do BC.

O nó de Pacheco/ Ao marcar a votação do nome de Galpão em plenário logo na primeira semana depois do primeiro turno da eleição municipal, o presidente do Senado obriga a Comissão de Assuntos Econômicos a votar logo. Caso contrário, puxará para o plenário.

Hoje tem debate/ O Correio Braziliense e Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), promovem o debate *Segurança Jurídica e competitividade na mineração brasileira*, um tema estratégico para o país. O evento, presencial para convidados, começa a ser transmitido pontualmente às 9h.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Na disputa pela prefeitura de São Paulo, influenciador reforça mensagens para os moradores da periferia com baixa escolaridade

Marçal mira eleitorado mais pobre

» JÚLIA PORTELA
» PEDRO JOSÉ*

O influenciador digital e candidato à prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) tem voltado suas propostas para o público da periferia, em discursos recentes. No início de agosto, Marçal afirmou que favelas são como “campos de concentração” e, desde então, vem apresentando uma série de propostas para o eleitorado mais pobre.

Nas pesquisas de intenção de voto, o candidato registra crescimento significativo entre os evangélicos — cresceu de 18% para 30%, de acordo com a última pesquisa Datafolha. As

recentes investidas de Marçal na periferia buscam aumentar o apoio entre os eleitores menos escolarizados, segmento em que registra apenas 8% da preferência.

O candidato propôs, por exemplo, implantar teleféricos nos bairros populares da capital. Segundo ele, o modal vai melhorar a mobilidade urbana e gerar empregos, e será construído por meio de parcerias público-privadas. Também prometeu construir “o maior prédio do mundo”, com mil metros de altura, para valorizar a periferia. Para viabilizar o projeto, disse que precisará “peitar” a Câmara dos Vereadores para mudar o Plano Diretor da cidade e atrair investidores.

Renato Pizzutto/Band



Forte entre os evangélicos, Marçal recalibra o discurso para atingir o eleitor pobre e de baixa escolaridade

“Em uma conversa, eu levanto 200 investidores para fazer isso, só na caneta. Precisamos de gente visionária, se não tiver ninguém para fazer isso em São Paulo, a gente tem de trazer gente lá dos Emirados Árabes”, disse o candidato na sabatina do portal UOL e da *Folha de S.Paulo*.

Segundo o professor da UnB e diretor da Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais (Abrapel), Joscimar Silva, Marçal segue o perfil de candidato que se tornou mais comum, principalmente depois de 2016: gestor, não político e antissistema. Também adota um

discurso personalista e não se constringe em apresentar propostas inexecutáveis. “Não tem estudo de viabilidade, mas ele usa isso e apelos mais emocionais, citando pessoas, falando que podem confiar nele”, analisa o pesquisador.

Pablo Marçal disse ao UOL

que um “garoto da favela” sonha com três caminhos: ser jogador de futebol, MC de funk ou rap ou entrar no mundo do crime. Para o candidato, são três possibilidades que “apontam para a prosperidade”.

Outro projeto que o candidato apresentou foi um plano habitacional que inclui a transformação de imóveis vazios em habitações populares. “Faremos o maior programa habitacional da história, com a construção de novas casas nas periferias e com mapeamento, gestão e transformação de imóveis vazios na cidade em habitações populares, em parceria com o setor privado”, prometeu. E garantiu que, se eleito, resolveria o problema de habitação em 1.460 dias.

Marçal também propôs financiar a compra e a reforma de casas por meio do programa “Cheque Moradia”, que incluiria parcerias com instituições financeiras e empresas de construção para garantir preços acessíveis e qualidade nas obras.

O **Correio** entrou em contato com a assessoria de Pablo Marçal, mas não obteve resposta.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria

Ed Alves/CB/DA-Press



Líder da Minoria, Bia Kicis diz que intenção da oposição é “obstruir tudo”

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Oposição promete obstruir votações

» HENRIQUE LESSA

Para pressionar pelo impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a oposição na Câmara dos Deputados promete obstruir as votações na semana que vem, quando o Parlamento promove mais um esforço concentrado antes do recesso informal que se estenderá até o pleito municipal, em 6 de outubro. O anúncio foi feito, ontem, no Congresso, por senadores

e deputados da oposição, ao anunciar que o pedido de impedimento de Moraes será protocolado na próxima segunda-feira.

A deputada Bia Kicis (PL-DF), líder da Minoria, disse que, no mesmo dia, a oposição se reunirá para acertar os detalhes de como será feita a obstrução. Disse que a intenção é “obstruir tudo”. Além do pedido de impeachment, também haverá pressão pela anistia do que a deputada chama de “presos políticos”.

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também foi alvo de críticas dos opositoristas. Kicis disse que Pacheco “age como avaliador de atitudes irresponsáveis, ilegais e tirânicas do ministro Alexandre de Moraes”, referindo-se à ordem da Corte de bloquear a rede social X (antigo Twitter).

Mas, enquanto a oposição na Câmara decide pela obstrução, no Senado a estratégia da oposição só deve ser definida

depois da apresentação do pedido de impedimento de Moraes, garantiu o senador Marcos Rogério (PL-RO), líder da oposição no Senado.

Eduardo Girão (Novo-CE) destacou, porém, que os senadores não assinarão o pedido de impedimento de Moraes, pois serão eles próprios os julgadores do impeachment. O documento deve ser protocolado por um grupo de deputados e membros da sociedade civil.



MEIO AMBIENTE

“A Amazônia está perdendo umidade”

Mudança climática e incêndios estão minando a capacidade da floresta de absorver carbono, alertam Marina Silva e especialistas

» RAFAELA GONÇALVES
» IAGO MAC CORD*

Roque de Sá/Agência Senado



Ao lado da presidente da CMA, senadora Leila Barros, Marina Silva faz alertas preocupantes sobre o futuro da Amazônia e do Pantanal

Às vésperas do Dia da Amazônia, comemorado nesta quinta-feira, a região registrou mais de 6,5 mil focos de queimada nas 48 horas anteriores. Segundo dados do Laboratório de Aplicação de Satélites Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lasa/UFRJ), a Amazônia Legal teve 6,7 milhões de hectares de terra queimados, correspondente a 1,6% do bioma.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) aponta que 20 municípios concentram 85% dos focos de calor da região amazônica. Além disso, o Inpe registrou que o Pará foi o estado com maior incidência de incêndios florestais nos dois primeiros dias de setembro. A Amazônia Legal já conta com 1.468 brigadistas do Ibama e do ICMBio.

Um boletim publicado pelo Governo Federal apontou que, até o dia 2, houve ações de combate em 189 focos de incêndios — 31 deles já foram extintos e 158 ainda estão ativos. Dos ativos, 76 estão controlados (quando o fogo está cercado por uma linha de controle, que pode ter sido formada por combate direto, linhas de defesa, aceiros e barreiras naturais ou artificiais). Isso mostra que 57% dos incêndios foram extintos ou, pelo menos, controlados.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, alertou que a Floresta Amazônica está perdendo “umidade”, o que pode tornar a região ainda mais suscetível a incêndios, incluindo os de origem natural. A ministra afirmou que o agravamento da crise climática tem feito com que a região, tradicionalmente conhecida por sua alta umidade, fique mais vulnerável.

“Estamos diante de um processo severo de mudança climática. A floresta está perdendo umidade, o que a torna vulnerável a incêndios, seja por ação humana ou, futuramente, por fenômenos naturais, como raios. É uma situação química altamente deletéria e inimaginável”, disse a ministra, em sessão da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, ontem.

A doutora em meteorologia pelo Inpe Ana Paula Cunha explica que a baixa umidade relativa do ar tem contribuído para essa situação. “A previsão sazonal para os próximos três meses



Estamos diante de um processo severo de mudança climática. A floresta está perdendo umidade, o que a torna vulnerável a incêndios, seja por ação humana ou, futuramente, por fenômenos naturais, como raios. É uma situação química altamente deletéria e inimaginável”

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente

de centros europeus e americanos mostra que, especialmente no centro-norte do país, as chuvas continuarão abaixo da média”, destaca.

Ao todo, nas últimas 48 horas, o bioma amazônico foi o mais atingido pelas queimadas, representando 58,2% dos focos de todos os biomas do país. O climatólogo e PhD em meteorologia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) Carlos Nobre explica que, com o desmatamento e as queimadas na floresta, a

Amazônia está, cada vez mais, perdendo sua capacidade de ser um sumidouro de carbono.

“A Amazônia, lá atrás, chegou a remover 1,5 bilhão de toneladas de gás carbônico (CO₂) da atmosfera. Chegou, até alguns anos, perto de 2 bilhões, e também absorvia muito mais do que perdia por desmatamento, degradação e queimadas. Agora, nos últimos 12 anos, o balanço de carbono de toda a Amazônia é negativo. Mais de 200 milhões de toneladas são jogadas na atmosfera.

Isso é mais do que ela remove”, explica o climatólogo.

Dados do Inpe indicam que o número de focos de queimadas na Amazônia Legal registrado neste ano (97.195) aumentou 109% em relação ao ano passado (46.501). Antes mesmo de acabar o ano, o número chega perto do resultado de 2010, o mais alto da série, quando o instituto identificou 102,8 mil focos.

Carlos Nobre explicou que o fogo está aumentando a degradação ambiental e reduzindo a reciclagem da água pela floresta. O impacto disso será a extensão da estação da seca. Conseqüentemente, a incidência de queimadas continuará a aumentar.

“A estação seca, historicamente, era de três a quatro meses no sul da Amazônia. No mês mais seco, chovia 40mm. Agora, a estação seca já dura de quatro a cinco meses com muito menos chuva, (redução) de 20% a 30%. Se a estação seca atingir seis meses, não mantêm mais a floresta. Esse é o ponto de não retorno”, adverte o climatologista.

Ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio

Dino encaminhou à Advocacia-Geral da União (AGU) nove perguntas sobre os planos do governo federal para enfrentar as queimadas. O órgão é quem representa o governo em processos no STF. O governo deverá responder às perguntas na próxima semana, mostrando o que fez para cumprir as ordens do ministro. Dino também exigiu que o governo reúna agentes das polícias Federal e Rodoviária Federal, da Fiscalização Ambiental e da Força Nacional para ampliar o combate aos incêndios florestais.

O ministro André Mendonça foi sorteado relator do processo que tramita no STF a respeito das medidas que deveriam ser tomadas em relação à Amazônia e ao Pantanal. O governo federal não conseguiu cumprir a data limite (dia 26), e a AGU solicitou um adiamento do prazo, que foi concedido. Em sua fala, o ministro demonstrou preocupação com a Amazônia Legal e destacou os números de queimadas registradas esse ano.

*Estagiário sob a supervisão de Vinicius Doria

Pantanal em extinção

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, alertou que o Brasil pode perder o Pantanal por completo até o fim do século, devido ao aquecimento global. Convidada pela Comissão de Meio Ambiente do Senado para prestar esclarecimentos sobre as ações do governo contra a onda de queimadas, a ministra defendeu que o Congresso crie um marco regulatório da emergência climática.

“A região passa pela maior estiagem dos últimos 74 anos. Segundo os pesquisadores, se continuar o mesmo fenômeno em relação ao Pantanal, o diagnóstico é que poderemos perder o bioma até o fim deste século. Isso tem nome: baixa precipitação, alto processo de evapotranspiração, não conseguindo alcançar a cota de cheia nem dos rios nem da planície alagada”, explicou.

A ministra informou que, a cada ano, perde-se mais cobertura vegetal por desmatamento e queimadas. “Você prejudica toda a bacia e, assim, até o final do século, nós poderemos perder a maior planície alagada do planeta”, disse ela. “A mudança do clima é um agravante para as queimadas e os incêndios florestais, mas há, sobretudo, uma visão inadequada de como fazer uso do fogo”, completou.

Ela negou que o governo não esteja priorizando a pauta ambiental e disse que está sendo feito um “esforço orçamentário enorme”. “O governo, criticado, apanha para cortar e, depois, apanha porque cortou. Mas, no último corte (anunciado pelo Ministério da Fazenda), o único ministério não afetado foi o do Meio Ambiente”, destacou.

Segundo a ministra, o esforço do governo tem sido para “empatar o jogo”. “Nós estamos vivendo sob um novo normal que vai exigir do poder público capacidade de dar resposta que nem sabemos como vão se desdobrar daqui para a frente”, ponderou Marina. “Não se tratam de incêndios naturais. Se não tivéssemos nos preparado desde janeiro de 2023, teríamos uma situação incontrolável. O esforço feito agora é para empatar o jogo.” (RG e IMC)

CB DEBATE

Os desafios da mineração para crescer no Brasil

» INGRID SOARES

A mineração brasileira visualiza uma janela de oportunidade para o país, com grande potencial de crescimento nos próximos dez anos. Com apoio do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o *CB Debate* reúne, hoje, a partir das 9h, representantes da área, empresários e políticos para discutir o futuro do setor. O evento, fechado ao público externo, terá transmissão ao vivo no site e nas redes sociais do *Correio*. Os mediadores serão o editor de Política, Economia e Brasil, Carlos Alexandre de Souza, e a colunista de política Denise Rothenburg.

O debate será aberto pelo presidente do *Correio Braziliense*, Guilherme Machado, pela presidente do Conselho Diretor do Ibram e da Anglo American no Brasil, Ana Sanches, e pelo diretor-presidente do Ibram, Raul Jungmann, sob o tema *Segurança Jurídica: Pilar fundamental do desenvolvimento*. Entre os palestrantes estão o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes; o procurador-geral da República, Paulo Gonet; e o ex-ministro da Defesa e ex-presidente do Supremo Tribunal

Federal (STF) Nelson Jobim.

Em um painel único, serão abordados os desafios tributários e regulatórios que ameaçam a competitividade da mineração brasileira, com a participação de Ana Sanches, Raul Jungmann, Paula Azevedo; do vice-presidente executivo de Assuntos Corporativos e Institucionais da Vale, Alexandre D’Ambrosio; do sócio-fundador do Warde Advogados, Walfrido Warde; do diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Roberto Muniz; do embaixador Rubens Barbosa; do presidente da Frente

Parlamentar da Mineração, deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG); e Raul Jungmann.

Ana Sanches destaca que a mineração é um dos três principais setores da economia brasileira e um dos que têm maior potencial de crescimento na próxima década. “Estamos visualizando uma janela de oportunidade na mineração, sobretudo, com a agenda de energia limpa e de descarbonização das cadeias produtivas. Nosso país tem um subsolo rico em minerais estratégicos essenciais para a transição energética, como nióbio, lítio, grafite, terras raras, entre outros, fundamentais para a fabricação

de baterias, turbinas eólicas e novas tecnologias verdes”, apontou.

Segundo o Ibram, a mineração é responsável por cerca de 4% do PIB nacional, e gera 210 mil empregos diretos e 2,2 milhões de empregos indiretos. Para Sanches, a promoção de um ambiente regulatório seguro e competitivo inclui, entre outros pontos, linhas de financiamento adequadas, carga tributária justa, maior conhecimento geológico do território mapeado, retirada de barreiras a investimentos e fortalecimento da Agência Nacional de Mineração (ANM) e dos demais órgãos responsáveis pela indústria mineral.

“Temos visto diferentes agentes desconsiderarem regulamentos expedidos por outros agentes. Essa multirregulação e essa falta de alinhamento geram incertezas e aumentam os custos de conformidade para as empresas, que precisam navegar por um verdadeiro labirinto regulatório. A ausência de uma política pública central e coordenada para o setor é, sem dúvida, um fator que pode desviar o Brasil da rota de investimentos que tanto necessita. A criação de um ambiente regulatório claro, previsível e estável é essencial”, comentou a advogada Paula Azevedo.



8 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 5 de setembro de 2024

Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,31% São Paulo	134.906 30/8 02/9 03/9 4/9	R\$ 5,639 (+ 0,46%)	R\$ 1.412	R\$ 6,228	10,40%	10,55%	Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38
0,09% Nova York		Últimos					
		29/agosto 5,623					
		30/agosto 5,635					
		2/setembro 5,614					
		3/setembro 5,640					

LAVAGEM DE DINHEIRO

Fraude em jogos on-line

A influencer Deolane Bezerra foi uma das pessoas presas na operação deflagrada, ontem, pela Polícia Civil de Pernambuco

» RENATO SOUZA

Uma operação da Polícia Civil de Pernambuco, deflagrada ontem, mirou influenciadores digitais que são suspeitos de integrarem uma organização criminosa especializada em lavagem de dinheiro por meio de jogos de apostas on-line, do tipo bet. Um dos alvos é a advogada criminalista e influenciadora Deolane Bezerra, conhecida por ter participado do reality show "A Fazenda" e por ter sido namorada do funkeiro MC Kevin, que morreu após cair do quinto andar de um apartamento na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

As investigações apontam que o grupo movimentou valores bilionários por meio de jogos de azar e usou métodos de lavagem de dinheiro para incluir os bens e seu patrimônio pessoal. O objetivo seria mascarar os recursos provenientes de apostas on-line como se fosse dinheiro de origem autorizada.

Foram expedidos pela Justiça 19 mandados de prisão e 24 de busca e apreensão. A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 2,1 bilhões dos envolvidos no esquema criminoso. A finalidade dos

instagram



influencer costuma ostentar viagens de luxo, roupas grifadas, carros e suas 12 mansões pelo mundo

bloqueios é apurar a origem dos recursos e pagar eventuais multas e indenizações autorizadas para reparar as vítimas.

Deolane tem 20 milhões de seguidores nas redes sociais e também atua como advogada. Em uma carta, deixada após a detenção, a influenciadora afirma que está sendo alvo de "grande

injustiça" no âmbito da operação. "Esquece que a mãe tá enaulada", escreveu Deolane, no começo do texto. "Estou passando para tranquilizá-los e afirmar, mais uma vez, que estou sofrendo uma grande injustiça. É notório o preconceito e a perseguição contra minha pessoa e minha família, mas isso servirá

para provar, mais uma vez, para todos vocês que não pratico e nunca pratiquei crimes", escreveu Deolane.

"Peço orações para todos vocês, obrigada pelo carinho. Já, já estou aqui de novo", declarou a advogada. Em entrevista coletiva, Renato Rocha, delegado-geral da Polícia Civil de Pernambuco,

Reprodução Instagram



Em fevereiro, ela debochou da polícia após investigação

afirmou que a investigação tem quase dois anos.

"A investigação começou com uma apreensão, em dezembro de 2022, de aproximadamente R\$ 180 mil. De lá para cá, vem sendo realizada, voltada para um esquema de lavagem de dinheiro. A lavagem é dividida em três fases: a colocação do dinheiro, a ocultação e a integração ao patrimônio das pessoas envolvidas. Visa um esquema de lavagem de dinheiro realizado por uma organização criminosa basicamente voltada a jogos ilegais", destacou.

O titular da investigação disse que a operação contou com

policiais de outros estados apoio do Ministério da Justiça. "Desde o início a gente vem ampliando o leque de informações, dados que foram coletados nos últimos anos, e hoje tivemos a possibilidade de fazer uma das fases com essa quantidade de objetos e valores apreendidos", completou o delegado.

Jatinho

A Polícia Civil de São Paulo apreendeu um avião que está registrado no nome de uma das empresas do cantor sertanejo Gustavo Lima. A retenção da aeronave ocorreu na terça-feira, no Aeroporto de Jundiá, em São Paulo. A ação faz parte de uma operação que mira um esquema de lavagem de dinheiro e promoção de jogos ilegais.

A defesa do cantor Gustavo Lima afirma que o avião foi vendido e, portanto, não é mais de propriedade do artista. O avião, prefixo PR-TEN, estava passando por manutenção, quando os policiais chegaram e falaram que o equipamento não poderia ser retirado do local. A operação "Integration" ocorre no Recife, Campina Grande (PB), Barueri (SP), Cascavel (PR), Curitiba (PR) e Goiânia (GO).

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

« A indústria brasileira vive altos e baixos em 2024. O setor foi um dos destaques do PIB no segundo trimestre de 2024 »

Iguá venceu disputa pela concessão de água e esgoto de Sergipe

A Iguá Saneamento venceu a disputa pela concessão de serviços de água e esgoto de Sergipe com uma oferta de R\$ 4,5 bilhões, o que significou um ágio de 122% em relação ao mínimo previsto no edital. Outro destaque da concorrência foi a participação de outros três grandes grupos — Consórcio Aegea, gestora Pátria e Consórcio Xingó, formado pela gestora Perfin e BRK. A Iguá está presente em seis estados brasileiros, atendendo 3 milhões de clientes. Sua principal operação é no Rio de Janeiro.

Fré Sonneveld/Unsplash



Siemens e Eletrobras fecham parceria para modernizar rede elétrica

É consenso entre especialistas que boa parte da rede brasileira de energia elétrica está ultrapassada, o que explica os frequentes apagões que atingem o país. Nesse sentido, é bem-vinda a parceria assinada entre a Siemens Energy e a Eletrobras para modernizar ativos de transmissão em diversas regiões do Brasil. O acordo prevê investimentos de aproximadamente R\$ 300 milhões para a recuperação de diversas subestações, especialmente no Rio de Janeiro e no Nordeste.

Indústria decepciona em julho

Depois da boa notícia do PIB, o novo resultado da produção industrial decepcionou, mostrando que o país tem longo caminho para entrar num ritmo sustentável de crescimento. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a indústria encolheu 1,4% na passagem de junho para julho — o mercado financeiro havia projetado um recuo bem menor para o período, de 0,8%. As principais influências negativas para o desempenho vieram dos segmentos de produtos alimentícios, celulose e papel, derivados de petróleo e indústrias extrativas. De todo modo, é preciso destacar que o tombo ocorreu após avanço expressivo no mês anterior, de 4,3%. A indústria brasileira vive altos e baixos em 2024. O setor foi um dos destaques do PIB no segundo trimestre de 2024, com um salto expressivo de 3,9% em comparação com o mesmo período do ano passado. Para o restante do ano, o mercado estima um crescimento tímido da produção industrial.

Lula Marques/Agência Brasil



Sabatina de Galípolo ficou para depois da eleição

As eleições municipais estão atrasando a agenda do Congresso. Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou que a sabatina de Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Lula para o comando do Banco Central, será em 8 de outubro, apenas após o primeiro turno do pleito. O governo federal defendia que a indicação fosse analisada pela Casa ainda em setembro, mas Pacheco argumentou que há o risco de falta de quórum neste mês. O jeito foi atrasar o processo.



É necessário um ego gigante e muita coragem para enfrentar Elon Musk, homem mais rico do mundo, dono do X, uma rede de mídia social que muitas vezes pode parecer seu megafone pessoal"

Trecho de reportagem da revista britânica *The Economist*, referindo-se ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes

US\$ 11,1 TRILHÕES

será a contribuição do turismo ao PIB global em 2024. Segundo o relatório anual World Travel and Tourism Council (WTTC), trata-se do maior valor da história e de um aumento de 12% em relação a 2023

RAPIDINHAS

A W1, empresa especializada em consultoria financeira e assessoria de investimentos, terá em 2024 o melhor ano de sua história. A companhia abriu 10 escritórios em diversas cidades, para um total de 20 unidades no país. Seu faturamento deverá superar a marca dos R\$ 100 milhões, mais do que o dobro dos R\$ 42 milhões movimentados em 2023.

A farmacêutica japonesa Daichi Sankyo vai investir R\$ 420 milhões para dobrar a capacidade de produção da fábrica localizada em Barueri, na Grande São Paulo. A unidade produz medicamentos para cardiologia, dor e neurologia. Atualmente, o mercado brasileiro está entre os três maiores do mundo para a companhia.

O banco BTG Pactual lançou um fundo de investimentos destinado a apoiar pequenas e médias empresas do Rio Grande do Sul afetadas pelas enchentes de maio. A meta é captar R\$ 40 milhões na fase inicial e levar os recursos para ao menos 200 companhias. Segundo o BTG, a seleção das firmas será feita por parceiros do banco.

BEN STANSALL



A montadora sueca Volvo vai colocar o pé no freio no segmento de veículos elétricos. Em comunicado enviado ao mercado, a fabricante informou que desistiu da meta de, a partir de 2030, ter 100% de seus carros eletrificados. Segundo a Volvo, a mudança foi motivada por mudanças nas condições de mercado e nas demandas dos clientes.



ESTADOS UNIDOS

Estudante de 14 anos mata dois colegas e dois professores em escola secundária de Winder, no estado da Geórgia. Ao menos nove feridos são hospitalizados. Presidente Joe Biden exige do Congresso legislação para proibir venda de armas de assalto

Megan Varner/Getty Images/AFP



O terror se repete

Alunos aguardam os pais, diante de policiais e ambulâncias, na Apalachee High School: manhã de pavor no retorno às aulas

Com pouco mais de 17 mil habitantes, a cidade de Winder, no estado da Geórgia, viveu ontem um dos dias mais sombrios em seus 131 anos de história. Um estudante de 14 anos abriu fogo dentro do prédio da Apalachee High School, matando dois outros alunos e dois professores e ferindo pelo menos nove pessoas. Jud Smith, xerife do condado de Barrow, disse que a polícia recebeu a primeira chamada sobre a existência de um atirador ativo na escola por volta das 10h20 (11h20 em Brasília).

“O suspeito está sob custódia e vivo. Relatos que ele tenha sido ‘neutralizado’ são imprecisos”, anunciou o Comitê de Investigações da Geórgia (GBI, pela sigla em inglês). Mais tarde, as autoridades anunciaram que o assassino será julgado como adulto e descartaram ligação entre ele e as vítimas. Um segurança da escola confrontou o atirador, que se rendeu e deitou no chão. O atentado em Winder foi o 385º tiro em massa registrado nos Estados Unidos — uma média de 1,5 a cada dia em 12 meses.

Lyela Sayarath, estudante da Apalachee High School, contou à rede de tevê

CNN que estava na mesma sala que o atirador. De acordo com ela, o assassino deixou o ambiente no começo da aula de Álgebra 1, por volta das 9h45 (10h45 em Brasília). Pouco antes do fim da aula, ele retornou à sala, trancada automaticamente por dentro. Uma garota tentou abrir a porta, mas deu um pulo para trás, ao perceber a arma.

Ela e os colegas se esconderam entre as carteiras e ouviram os disparos. “O professor apagou as luzes, mas todos nós meio que nos empilhamos. E tipo, eu empurrei as carteiras na nossa frente”, relatou. Lyela disse que um amigo, que estuda em outra sala, estava muito abalado. “Ele viu alguém levar um tiro, tinha sangue e parecia mancar.” Segundo Lyela, o assassino era menino “quieto e tímido”, que dava respostas monossilábicas apenas quando faziam trabalhos em grupo.

“Eu te amo”

Às 10h23 (hora local), Ethan Haney, 17 anos, enviou uma mensagem de texto para a mãe. “Tiroteio na escola. Estou amedrontado. Por favor, não estou brincando”, escreveu. Erin Clark imediatamente respondeu para o filho: “Estou saindo

mãe. “Tiroteio na escola. Estou amedrontado. Por favor, não estou brincando”, escreveu. Erin Clark imediatamente respondeu para o filho: “Estou saindo

Christian Monterrosa/AFP



Mãe e alunos se reúnem depois da tragédia: atirador era considerado tímido e quieto

do trabalho”. Ethan, então, enviou nova mensagem dizendo que a amava. Erin perguntou onde ele estava. “Classe. Alguém está morto”, relatou. Na tentativa de tranquilizá-lo, a mãe contou-lhe, minutos depois, ter visto viaturas da polícia no trajeto até a escola.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, divulgou um comunicado em

que condenou os tiroteios em massa. “O que deveria ter sido um retorno alegre à temporada escolar em Winder, na Geórgia, tornou-se outro lembrete horrível de como a violência armada continua a destruir nossas comunidades. Os estudantes de todo o país estão aprendendo a se agachar e se refugiar em vez de aprender a ler e escrever. Não podemos

continuar aceitando isso como algo normal”, advertiu.

Biden também cobrou do Congresso uma legislação para barrar as armas de assalto. “Depois de décadas de inação, os republicanos no Congresso devem, finalmente, dizer ‘basta’ e trabalhar com os democratas para aprovar uma legislação de bom senso sobre segurança de armas. Devemos proibir, mais uma vez, as armas de assalto e os carregadores de alta capacidade uma vez mais, exigir armazenamento seguro de armas de fogo, promulgar verificações universais de antecedentes e acabar com a imunidade dos fabricantes de armas”, acrescentou.

A vice-presidente e candidata democrata à Casa Branca, Kamala Harris, classificou o ataque como uma “tragédia sem sentido”. “É simplesmente ultrajante que todos os dias em nosso país, nos Estados Unidos da América, os pais tenham de mandar os filhos à escola preocupados se eles voltarão para casa vivos ou não”, declarou Kamala, durante o anúncio em Portsmouth, no estado de New Hampshire. “Devemos pôr fim de uma vez por todas a esta epidemia de violência armada no nosso país. Não tem por que ser assim. Temos que parar com isso. Não tem de ser assim.”

O magnata Donald Trump, candidato do Partido Republicano à Presidência dos EUA, também se pronunciou sobre o tiroteio na Geórgia. “Nossos corações estão com as vítimas e entes queridos daqueles afetados pelo trágico evento em Winder. Essas crianças queridas foram tiradas de nós cedo demais por um monstro doente e perturbado.”

VENEZUELA

Opositor González pede ao MP que evite “perseguição” política

Edmundo González Urrutia, adversário de Nicolás Maduro em sua contestada reeleição, pediu ao procurador-geral da Venezuela, Tarek William Saab, que evitasse uma “perseguição” política, em um momento em que é alvo de uma Justiça acusada pela oposição de servir ao chavismo. O pedido do opositor de 75 anos, que está na clandestinidade desde 30 de julho, foi feito por meio de seu advogado, convocado pelo procurador-geral para uma reunião no fim da tarde.

González afirma ter vencido as eleições em que Maduro foi proclamado reeleito para um terceiro mandato consecutivo, o que causou uma grave crise, na qual Brasil e Colômbia lideram os esforços por uma solução pacífica. Até agora, não foi concretizada uma reunião de Maduro com seus pares Luiz Inácio Lula da Silva e Gustavo Petro, que expressaram sua “profunda preocupação” com a ordem de prisão contra González.

O Ministério Público (MP) o investiga por suposta “desobediência às leis”, “conspiração”, “usurpação de

funções” e “sabotagem”. O foco é um site que a oposição liderada por María Corina Machado alimentou com cópias de mais de 80% das atas de votação que, segundo eles, servem como prova de uma vitória esmagadora de seu candidato.

Não está claro se Edmundo González Urrutia foi acusado formalmente. Seu advogado, José Vicente Haro, não conseguiu acessar o processo, mas foi ao MP na tentativa de interromper o processo. Ele entregou um documento legal no qual justificava a ausência de seu cliente nas três convocações emitidas pelo órgão e que resultaram no pedido de prisão.

O documento “faz um apelo ao procurador-geral da República para não criminalizar, não judicializar fatos que não têm caráter penal, para não iniciar uma perseguição política”, explicou Haro. “Há uma situação de desamparo, de impossibilidade de garantir seu direito à defesa, ao devido processo.” González, que agora se comunica pelas redes sociais, não reagiu diretamente à ordem para sua captura.

Diplomacia

Os Estados Unidos, o alto representante da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell, e nove países da América Latina rejeitaram o mandato de prisão contra González. O Brasil e a Colômbia ressaltaram que a ação dificulta a busca por uma solução pacífica.

O chanceler colombiano, Luis Gilberto Murillo, disse na terça-feira que “provavelmente” a reunião de Maduro com Petro e Lula seria ontem. O presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, que foi muito ativo no início desses esforços, mas depois se distanciou, também participaria. “Nunca tive confirmação disso, nem estava em nossa agenda”, afirmou uma fonte do Palácio do Planalto à agência France-Press.

Para o analista político Mariano de Alba, a reunião ocorreria “num momento em que as expectativas de mediação são muito baixas”, segundo escreveu no X. “Duvido que a curto prazo Maduro demonstre disposição para uma mediação com envolvimento internacional”, disse o especialista.

Yuri Cortez/AFP



“Violações generalizadas” dos direitos humanos

As autoridades venezuelanas cometem “violações generalizadas dos direitos humanos” contra manifestantes, opositores e críticos após a questionada reeleição do presidente Nicolás Maduro, denunciou a ONG Human Rights Watch (HRW) em relatório publicado ontem. “A repressão que estamos vendo na Venezuela é brutal”, afirma Juanita Goebertus, diretora para as Américas da HRW. A ONG “documentou que as autoridades e os grupos armados pró-governo, conhecidos como ‘coletivos’, cometeram abusos generalizados, incluindo assassinatos, detenções e processos criminais arbitrários e perseguição a críticos do governo.”

Movimento Ambiental/Divulgação

Mapa da poluição plástica



Em São João da Aliança (GO), resíduos plásticos descartados em um lixão a céu aberto: risco à saúde humana

Primeiro inventário global mostra que, embora produzam menos objetos à base do material, países de renda média e baixa emitem mais lixo, pois não dão destino correto aos resíduos. Só em 2020, foram 52 milhões de toneladas no meio ambiente

» PALOMA OLIVETO

O primeiro inventário global de poluição plástica calculou que, em 2020, 52 milhões de toneladas de produtos à base do material foram lançados no meio ambiente. Se colocados em linha reta, os resíduos dariam a volta ao mundo mais de 1,5 mil vezes, compararam os autores, da Universidade de Leeds, no Reino Unido. Os cálculos, feitos com modelagem de inteligência artificial, colocam o Brasil no oitavo lugar entre os 10 maiores poluidores, com o descarte não sustentável de 1.444.824 toneladas anuais.

A cada ano, mais de 400 milhões de toneladas de plástico são produzidas. Muitos produtos são descartáveis, difíceis de reciclar e podem permanecer no meio ambiente por décadas ou séculos, muitas vezes sendo fragmentados em itens menores. Alguns contêm aditivos químicos potencialmente prejudiciais, que representam ameaças à saúde humana, principalmente se forem queimados a céu aberto, destaca o inventário.

Em 2020, ano-base do estudo, 30 milhões de toneladas de plástico, ou 57% da poluição pelo produto, foram queimadas sem qualquer controle ambiental nas ruas ou lixões. Publicado na revista *Nature*, o artigo destaca que esse processo “traz ameaças substanciais à saúde humana, incluindo defeitos neurodesenvolvimentais, reprodutivos e congênitos”.

Gerenciamento

“Resíduos não coletados são a maior fonte de poluição plástica, com pelo menos 1,2 bilhão de pessoas vivendo sem serviços de coleta, forçadas a autogerenciar o lixo, o que fazem geralmente despejando-o em terra, em rios ou queimando-o em fogueiras”, analisa Josh Cottom, pesquisador em poluição

Para saber mais

Tratado global

O estudo faz estimativa da poluição plástica, e não da produção. É por isso que os países mais desenvolvidos aparecem com uma emissão mais baixa. Não é que eles não produzam lixo, mas eles dão uma destinação correta. Os números confirmaram que o Brasil é um grande poluidor, embora não o maior. A produção de lixo plástico no Brasil é de 11 milhões de toneladas, mas a estimativa da pesquisa sobre a emissão é de 1,5 milhão a 2 milhões, o que me parece pouco. Não acho que o país dê destino correto a 8 milhões de toneladas.

Nosso índice de reciclagem é de apenas 1,2%, então acredito que esses números sejam um pouco otimista. De qualquer maneira, trata-se de um mapa que poderá ser muito útil para o Tratado Global do Plástico, que está sendo preparado na Organização das Nações Unidas (ONU), pois traz uma referência para saber como e onde atuar. Reduzir a emissão é o maior problema que a gente tem, porque significa que o plástico está indo para a natureza.

Marco Moraes, geólogo e Ph.D. pela Universidade de Wyoming (EUA). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa da Petrobras e é autor do livro *Planeta hostil*

Arquivo pessoal



Os 10 maiores

Emissões são diferentes de produção: trata-se da quantidade de lixo plástico que não recebe o destino adequado.

Índia	9,275,777	Nigéria	3,532,479
Indonésia	3,352,229	China	2,808,179
Paquistão	2,567,461	Bangladesh	1,748,215
Rússia	1,702,453	Brasil	1,444,824
Tailândia	995,718	República Democrática do Congo	963,328

* Em toneladas/ano

plástica da Universidade de Leeds e primeiro autor do artigo. “Ao melhorar o gerenciamento básico de resíduos sólidos, podemos reduzir drasticamente a poluição plástica e melhorar a vida de bilhões de pessoas.”

No estudo, o modelo computacional coletou e avaliou dados de gerenciamento de resíduos em mais de 50 mil

municípios do mundo, incluindo Brasília, Belo Horizonte, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. O diagnóstico da destinação do lixo plástico é desolador: catadores informais e pouca evidência de reciclagem sustentável.

A pesquisa também identificou novos pontos críticos de poluição plástica, revelando a Índia como o maior

contribuinte — em vez da China, como foi sugerido em modelos anteriores — seguida pela Nigéria e Indonésia. Segundo os pesquisadores, a mudança de posição reflete melhorias na coleta e no processamento de resíduos implementadas nos últimos anos pelo governo chinês.

Contraste

“O contraste entre as emissões de resíduos plásticos do Norte Global e do Sul Global é gritante”, diz o estudo. Apesar do alto consumo do material, a poluição por objetos maiores que 5mm (macroplástica) é um problema comparativamente pequeno acima da linha do equador, onde o gerenciamento do lixo é mais abrangente. Por outro lado, embora países de baixa e média renda produzam muito menos resíduos do tipo, uma grande proporção não é coletada, ou descartada de forma incorreta, fazendo com que ocupem o topo do ranking. Uma das preocupações expressas

pelos pesquisadores é com a África Subsaariana. Embora os países dessa região geralmente apresentem níveis baixos de poluição, a avaliação per capita é de 12kg por pessoa por ano, o equivalente a mais de 400 garrafas plásticas. Há temor de que essa parte do continente africano se torne a maior fonte mundial de poluentes macroplásticos, pois a maioria deles tem uma gestão ruim dos resíduos, ao mesmo tempo em que a população está em crescimento rápido. No Brasil, a emissão de objetos plásticos per capita é de 5,7kg/ano, segundo o estudo.

Acesso

Os pesquisadores destacam que os resultados apontam a “necessidade básica e o aspecto vital” do acesso à coleta de lixo, juntamente com os serviços de água e esgoto. Eles também ressaltam que, embora a queima descontrolada de plástico tenha recebido muito pouca atenção no passado, trata-se de um problema tão grande quanto os resíduos jogados no meio ambiente. “Precisamos começar a focar muito, muito mais em lidar com a queima a céu aberto e resíduos não coletados antes que mais vidas sejam desnecessariamente impactadas pela poluição plástica”, disse Costas Velis, da Escola de Engenharia Civil de Leeds e líder da pesquisa.

Em nota, Ed Cook, pesquisador associado em sistemas de economia circular para resíduos plásticos em Leeds, disse que o primeiro inventário global de poluição plástica fornece uma linha de base que pode ser usada por formuladores de políticas. “No passado, houve dificuldades para lidar com esse problema, em parte devido à escassez de dados de boa qualidade. Esperamos que nosso conjunto detalhado de dados em escala local ajude os tomadores de decisão a alocar recursos escassos para lidar com a poluição plástica de forma eficiente.”

DOENÇAS INFECCIOSAS

Vírus descobertos em criadouros na China

Dezenas de vírus, alguns novos e com potencial de transmissão para humanos, foram detectados em criadouros de animais destinados à venda de pele na China, de acordo com um estudo publicado na revista *Nature*. O virologista Edward Holmes, que liderou pesquisas sobre a covid-19, é um dos autores do artigo sobre o potencial perigo dos microrganismos no país asiático, onde surgiram os primeiros casos da síndrome respiratória no fim de 2019.

A equipe de cientistas, comandada por pesquisadores chineses, sequenciou o material genético de amostras de pulmões e intestinos de 461 animais destinados à venda de pele, como visons, coelhos, raposas e cães-guaxinim, que morreram por doenças em todo o país entre 2021 e 2024. A maioria era de criadouros, mas cerca de 50 eram selvagens.

Os cientistas detectaram 125 vírus, dos quais 36 nunca haviam sido descobertos antes. Trinta e nove, incluindo 13 novos, apresentam um “alto risco” de serem transmitidos de uma espécie para outra, incluindo para humanos, segundo os pesquisadores. Também foram

detectados variantes de gripe aviária em cabaia, visons e ratos-almiscarados. Foram identificados sete tipos de coronavírus, mas nenhum estreitamente relacionado ao Sars-CoV-2, que desencadeou a pandemia de 2020.

O que mais preocupa Edward Holmes é o coronavírus de HKU5, que já havia sido detectado em morcegos, mas que dessa vez foi encontrado nos pulmões de dois visons de criadouro. Trata-se de um parente do coronavírus causador da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (Mers), potencialmente letal para humanos.

Mpox

Uma nova candidata a vacina para mpox reduziu a severidade da doença em primatas não humanos, comparado à imunização mais frequentemente utilizada no mundo. Trata-se da mR-NA-1769, da companhia norte-americana Moderna. O estudo foi publicado na revista *Cell Press*.

“O teste é o primeiro a ser realizado em um modelo de primata não humano,

Derek Naulis/Divulga??o



Alvo da indústria de peles, visons podem carregar agentes infecciosos, assim como coelhos, raposas e cães-guaxinim

em que comparamos a vacina mRNA experimental diretamente ao padrão atual de tratamento”, disse Alec Freyn, pesquisador de virologia da Moderna e

coautor do estudo. “Quando colocamos essas vacinas frente à frente em primatas, vimos respostas aprimoradas em termos não apenas de proteção contra

a sobrevivência, mas também de menos lesões, menor duração da doença e menos eliminação viral no sangue e no trato respiratório.”

26% dos candidatos declaram mais de R\$ 1 milhão

Especialistas comentam que nem sempre o poder econômico prevalece nas campanhas e destacam a força das redes sociais e das ruas. Nos municípios do Entorno, maior valor registrado no TSE é de R\$ 4 milhões e o menor, R\$ 5 mil

» ARTHUR DE SOUZA

Os 42 candidatos a ocupar as prefeituras das 11 cidades da Região Metropolitana do Distrito Federal a partir de 2025 têm, somados, quase R\$ 31,5 milhões, numa das regiões mais carentes do país. Levantamento realizado pelo **Correio**, feito com base nas declarações feitas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), até ontem, identificou que 26,19% dos postulantes (11) ao cargo máximo municipal possuem bens avaliados em mais de R\$ 1 milhão. Os nove que possuem o valor de até R\$ 200 mil e os cinco que não declararam bens são 33, 33% do total.

Os dois concorrentes a prefeito mais ricos estão em Santo Antônio do Descoberto. A candidata com maior declaração de bens possui R\$ 4.295.550. Já o que declarou o menor valor (R\$ 5.000) reside em Luziânia. Aqueles que não declararam nenhum patrimônio são de Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Padre Bernardo.

A disponibilidade de recursos financeiros próprios é um dos fatores que pode influenciar na forma como cada um dos candidatos vai seguir com a campanha eleitoral, de acordo com o doutor em ciência política pela Universidade de Brasília (UnB) Leonardo Barreto. Ele afirma que, em termos de estratégia, candidatos com menos disponibilidade econômica buscam mobilizar as redes com as quais têm mais proximidade. "Ou seja, uma pessoa que é mais atuante em determinado bairro, por exemplo, vai apelar para essa rede mais geográfica, concentrando sua campanha em um ou dois bairros, no máximo", avalia.

No caso de quem está com mais recursos, o especialista destaca que a campanha é feita para um público mais geral. "Eles costumam pagar carros de som para rodar toda a cidade, fazer agenda de eventos e montar comitês em vários locais. Normalmente, esse tipo de candidato se coloca como mais amplo, sem se limitar geograficamente na cidade", acrescenta Barreto.

O doutor em ciência política utiliza as eleições de 2022 no Distrito Federal como exemplo. "No caso do pleito para deputado distrital, foi possível perceber que os candidatos tiveram seus votos concentrados nas regiões de onde eles eram, no caso dos que tinham menos recursos. Aqueles com votos mais 'espalhados' pelo DF foram os que tinham mais dinheiro para gastar com a campanha", afirma.

Conteúdo que engaja

Mas como candidatos com menos recursos conseguem competir de uma forma menos injusta com aqueles que têm mais dinheiro para gastar com a campanha? O consultor em marketing político Sandro Gianelli afirma que as principais "armas" para esses candidatos são as redes sociais. "Elas são democráticas. Isso porque não adianta criar um conteúdo bem produzido, mas que não tenha tanto impulsionamento. Um conteúdo que conta uma produção mais limitada, mas que seja bem impulsionado nas redes sociais, será muito mais benéfico, além de ter mais engajamento", observa.

Bens declarados

Dos 42 candidatos a prefeito nas cidades da Região Metropolitana do DF, 11 têm patrimônio milionário

Não declararam

5

Até R\$ 200 mil

9

De R\$ 200.001 até R\$ 400 mil

8

De R\$ 400.001 até R\$ 600 mil

3

De R\$ 600.001 até R\$ 800 mil

3

De R\$ 800.001 até R\$ 1 milhão

3

A partir de R\$ 1 milhão

11

Fonte: TSE



Teto legal de gastos - 1º turno

Águas Lindas de Goiás	R\$ 2.033.730,04
Cidade Ocidental	R\$ 1.162.015,76
Cocalzinho de Goiás	R\$ 204.456,39
Cristalina	R\$ 2.911.682,17
Formosa	R\$ 3.441.550,08
Luziânia	R\$ 2.428.794,68
Novo Gama	R\$ 912.612,74
Padre Bernardo	R\$ 390.370,68
Planaltina de Goiás	R\$ 1.020.405,17
Santo Antônio do Descoberto	R\$ 404.801,79
Valparaíso de Goiás	R\$ 2.509.667,91

Fonte: TSE

O maior desafio para as campanhas eleitorais de 2024, segundo o especialista, é conseguir falar a linguagem das redes sociais. "Principalmente daquelas que estão em maior ascensão, como o Instagram e o TikTok", enumera Gianelli, que

ressalta, ainda, que, na corrida eleitoral deste ano, é possível perceber que existem conteúdos mais leves e mais focados na linguagem da própria rede social, como brincadeiras e zoações, mas que passam a mensagem do candidato.

Todavia, o consultor em marketing político aponta que as campanhas de rua são mais democráticas ainda. "Se o candidato tiver disposição e souber fazer uma boa abordagem, as chances de sucesso aumentam", opina. "Vale destacar que, no Entorno do DF, os municípios não têm tempo de TV, somente em Luziânia, que conta com um canal próprio. No caso das outras cidades, os candidatos precisam focar na rua, no poder de convencimento e nas redes sociais", observa o especialista.

O marqueteiro político comenta que o interessante, para quem não conta com tantos recursos financeiros, é focar nas redes sociais, com um conteúdo atrativo, e na capacidade de convencimento. "Além disso, não pode ter preguiça, ou seja, tem de ir para a rua conversar com o eleitor. Com ou sem dinheiro, o candidato que seguir essa cartilha terá grandes chances de ser eleito", avalia.

No caso dos prefeitos, de acordo com Gianelli, o "time" montado pelo candidato é o que mais conta. "Talvez até mais do que

o próprio recurso financeiro. Se o candidato se preparou e tem uma grande quantidade de partidos aliados, por exemplo, ele tem muita chance de sair como vencedor", aponta.

Prestação de contas

Em cada uma das cidades do Entorno, há um limite de gastos, imposto pelo TSE (confira quadro ao lado). A advogada especialista em direito e processo eleitoral pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) Nara Bueno comenta que a legislação eleitoral utiliza dois principais critérios para definir os limites de gastos nas campanhas: tamanho do eleitorado da cidade; e uma perspectiva de custos para cada candidatura. "A cada pleito, há uma atualização dos limites desses valores, para que haja uma correlação entre o limite legal e a realidade de cada cidade", afirma.

De acordo com a especialista, os candidatos podem angariar recursos para aplicar em suas

campanhas eleitorais de diferentes maneiras. "Eles podem vir de doações de pessoas físicas (por meio de transferências bancárias identificadas e registradas na Justiça Eleitoral), de recursos próprios e de fundos eleitorais, de eventos de arrecadação e de vaquinha virtual", detalha. "Todos os recursos utilizados em campanha eleitoral devem ser registrados e reportados à Justiça Eleitoral e, nestas prestações de contas, os(as) candidatos(as) devem ser assistidos por advogados(as) e contabilistas", alerta Nara.

A advogada eleitoral ressalta que a utilização de recursos de origem vedada, como aqueles provenientes de contas com CPF não identificados ou inválidos, assim como recursos de pessoas jurídicas, não são permitidos e podem ocasionar grandes repercussões jurídicas para os candidatos. "Dependendo da gravidade da conduta, pode decorrer em imposição de multa, cassação do registro de candidatura ou do diploma (caso seja eleito/o) e até mesmo na sanção de inelegibilidade", alerta.



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Um delegado na causa animal

O governador Ibaneis Rocha (MDB) criou a Secretaria Extraordinária de Proteção Animal voltada a políticas públicas que atendam aos direitos e ao bem-estar dos animais, com foco principalmente em cães e gatos. Para a função, entra o delegado da Polícia Civil do DF Ricardo Mendes Villafane Gomes, que nos últimos meses exercia cargo na assessoria da vice-governadora Celina Leão (PP). Ele já esteve como diretor financeiro e comercial do Metrô-DF. Villafane é formado em direito pela UDF e pós-graduado em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Também tem pós-graduação em gestão em segurança pública pela UnB e direito notarial e registral pela Faculdade Damásio, de São Paulo. O delegado tem ainda o título de mestrado em direito, com foco em políticas públicas pelo Ceub. A nomeação é indicação do deputado distrital Daniel Donizet (PL), com a benção de Celina. "Este é um passo crucial para o DF, que se une a outras regiões do país que já reconhecem a importância dessa causa", destacou Donizet. Celina é a madrinha da indicação. O PP da vice-governadora coordena a área de meio ambiente. "A criação da Secretaria Extraordinária de Proteção Animal mostra a prioridade do governo nessa questão que tem conquistado cada vez mais o interesse e a preocupação das pessoas", afirma Celina.

Instagram



Dobradinha

A vice-governadora Celina Leão (PP) está viajando na região Norte com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, participando de campanhas municipais. Ontem, as duas estavam em Belém (PA).

Reprodução/Instagram



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Emenda pior que o soneto

O ex-governador Agnelo Queiroz (PT) criticou a postura do atual governo em relação ao Eixão do Lazer. "Depois da repressão desastrosa e ilegal no Eixão do Lazer, o governador regulamentou o que não pode regulamentar: uso do Eixão do Lazer funciona como uma praça, de livre uso público pela população. Não cabe esse plano de uso e ocupação, nem cabe ao governo dizer como a população vai usar esse espaço. A emenda saiu pior que o soneto", disse o petista à coluna. Agnelo sancionou em 2012 o projeto de lei que autorizou a criação do espaço de lazer aos domingos e feriados no Eixão.

Divulgação/TJDFT



Prédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em 1959

TJDFT celebra 64 anos de instalação no Planalto Central

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) nasceu junto com Brasília, em 21 de abril de 1960. Mas até 5 de setembro, o Judiciário da nova capital funcionava apenas na primeira instância. Neste dia, há 64 anos, a Corte passou a existir em segundo grau, quando foi possível preencher o quórum mínimo de quatro desembargadores, previsto na Lei 3.754/1960, a primeira Lei de Organização Judiciária do DF. Segundo a norma, os cargos seriam inicialmente preenchidos por magistrados do antigo Tribunal de Justiça do DF que solicitassem transferência para Brasília. Dois magistrados requisitaram a mudança do Rio de Janeiro para cá: Hugo Auler, que foi eleito o primeiro presidente da Justiça do DF, e João Henrique Braune.

Divulgação/TJDFT



Construção do prédio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios em 1959

Divulgação/TJDFT



Juiz Leal Fagundes planta uma árvore em frente ao prédio do TJDFT

Primeira composição completa

Brasília já estava inaugurada, mas ainda faltavam dois membros para que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) pudesse funcionar. O impasse foi resolvido pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek, que nomeou os dois desembargadores necessários à instalação do TJDFT. Cândido Colombo Cerqueira, da Tribunal de Justiça da Bahia, e Márcio Ribeiro, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assumiram os dois assentos. Com o alcance do quórum mínimo, em 5 de setembro de 1960, foi realizada a cerimônia de instalação do Tribunal, no salão nobre do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na Esplanada dos Ministérios.

Promoção e quinto constitucional

Para completar a composição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em 27 de setembro de 1960, foram empossados os juizes Joaquim de Sousa Neto, promovido por antiguidade, e Raimundo Ferreira de Macedo, por merecimento. Por fim, em 21 de novembro de 1960, o advogado José Colombo de Souza tomou posse na vaga do quinto constitucional como sétimo desembargador do TJDFT.

Divulgação/TJDFT



Independência

Para o presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leônico Junior, "a história do Tribunal se confunde com a história de Brasília". O magistrado sustenta que a manutenção da Corte pela União garante o afastamento de eventuais influências externas e assegura a independência de magistrados, magistradas, servidores e servidoras nos julgamentos. "O TJDFT é uma instituição de Estado responsável por garantir aos cidadãos o respeito a seus direitos e de exigir o cumprimento da lei. Ademais, é uma instituição composta por pessoas qualificadas e aptas para as suas funções. Tudo isso em um ambiente organizado, com excelente governança, bem aparelhado e que cumpre fielmente a sua missão", ressalta Waldir Leônico

Segurança jurídica

Para o 1º vice-presidente do Judiciário local, Roberval Belinati, o TJDFT é fundamental para a história de Brasília, pois representa a consolidação da Justiça na nova capital do Brasil. O magistrado destaca que, na época de sua criação, a Corte simbolizou para o povo a segurança jurídica no coração do país. "A Justiça do Distrito Federal representa a continuidade da proteção dos direitos, a resolução de conflitos e a manutenção da ordem social em uma cidade que se tornou um importante centro político e administrativo do Brasil", afirma Belinati.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Salão de Chá

Para celebrar a data, o presidente do TJDFT, Waldir Leônico Júnior, vai inaugurar hoje o Salão de Chá dos desembargadores. Será um espaço para que os magistrados possam se encontrar e confraternizar nos intervalos das sessões.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FISCALIZAÇÃO / Ao **Correio**, presidente do DER informou que, com autorização em mão, os coletivos musicais poderão se apresentar neste fim de semana. Proibição de bebidas alcoólicas, porém, mantém o debate e as manifestações populares

A cultura de volta ao Eixo

» LETÍCIA GUEDES
» PABLO GIOVANNI

Ambulantes, produtores culturais e músicos que estiverem com suas devidas autorizações poderão retornar ao Eixão do Lazer neste fim de semana. Ao **Correio**, o presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do DF (DER-DF), Fauzi Necfur, informou que o órgão trabalha para que todas as licenças solicitadas pelo site sejam emitidas até amanhã. A Secretaria DF Legal seguirá fiscalizando e apreenderá mercadorias de ambulantes sem autorização.

Após a publicação do novo decreto, que concedeu permissão ao DER-DF para autorizar, de forma temporária, o comércio ambulante na região, houve dúvidas acerca do cenário cultural. O presidente do órgão esclareceu, no entanto, que a licença abrange, sim, atividades culturais. "Os eventos culturais nunca foram suspensos, a não ser os não autorizados, o que a gente zela é pela organização. Os que estiverem devidamente autorizados e previstos para este fim de semana poderão ocorrer normalmente", esclareceu. Necfur apontou que, dentro de 30 dias, o Plano de Uso e Ocupação definirá as diretrizes para que os

grupos musicais atuem e apontará as áreas que serão passíveis de liberação para eventos com som.

Presenças garantidas

Representantes de grupos musicais tradicionais, como Choro no Eixo, Rock no Eixão e Eixão do Jazz deram entrada nos trâmites para conseguir autorização e estarão presentes no espaço neste fim de semana. Dudão Melo, do Eixão do Jazz, declarou que é essencial que a classe artística marque presença e adiantou que o grupo está buscando a autorização para que possam se apresentar. "Nós estaremos lá discotecando, com microfone aberto e também aberto aos outros músicos que quiserem fazer parcerias com o Coletivo Superjazz", avisou.

Márcio Marinho, idealizador do projeto Choro no Eixo, informou que o grupo está com a documentação necessária e estará no local para, também, comandar a trilha sonora no local. Ele disse, porém, que os produtores e comerciantes ainda não estão satisfeitos com as regras estabelecidas pelo novo decreto, uma vez que a venda de álcool está proibida. "A gente quer dialogar com o governo e, por isso, haverá, neste domingo, o Ocupa Eixão, movimento por um Eixão do Lazer vivo", garantiu.

Pedro Ibarra/CB/D.A Press



Grupos como Choro no Eixo, Rock no Eixão e Eixão do Jazz garantem que vão ao local neste domingo

O Rock no Eixão também não ficará de fora. A integrante do coletivo Hosana Coelho informou que haverá, no domingo, na altura da 107 Norte, uma apresentação de rock com a Banda Andanza. "Nós fizemos o pré-cadastramento e estamos aguardando as respostas. Queremos voltar para o local onde atuávamos originalmente, na altura da 112", expôs.

Os representantes dos coletivos reclamaram, em comum, que a vedação das bebidas alcoólicas

atinge diretamente os produtores culturais, uma vez que os grupos integram-se e fomentam um ao outro. Ao **Correio**, Fauzi Necfur enfatizou que o artigo não será revogado. "Não vai ser autorizado porque é contrário a tudo que pregamos em relação à segurança viária, prevenção de acidentes e sobre não beber ao dirigir. Autorizando o comércio de bebidas, estaríamos trilhando uma reta totalmente contrária ao que o órgão prega", declarou.

Cadastro

Até o início da tarde de ontem, cerca de 450 pessoas haviam solicitado o pré-cadastramento, desde que o sistema foi liberado no site do DER. Dessas, 205 haviam sido contempladas com a autorização, segundo a pasta. "Nem todos que solicitarem serão atendidos, porque existem regras e limites. Pode ocorrer a negativa por uma série de motivos, como o interesse

» Audiência pública

Uma audiência pública realizada na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), ontem à noite, por iniciativa do deputado Fábio Felix (Psol), discutiu a ocupação cultural do Eixão. Além de parlamentares e representantes do setor cultural, a reunião contou com a participação de ambulantes, trabalhadores, o secretário-executivo da Secretaria de Segurança Pública do DF, Alexandre Patury, e o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass.

em vender bebida alcoólica, que está expressamente proibido", sinalizou Necfur.

O **Correio** recebeu relatos de pessoas que tentaram realizar o pré-cadastramento e depa-ram-se com a necessidade do pagamento de uma taxa. O presidente do DER-DF informou que os ambulantes podem ficar tranquilos, pois as taxas estão sendo estudadas e serão revisadas para que o valor seja diminuído.



Deve-se aprender fazendo a coisa; pelo pensamento você acha que sabe. Você não tem certeza, até que você tente

Sófocles

Elas Exportam: 3ª edição tem recorde de inscrições e participantes

Uma iniciativa do MDIC e da ApexBrasil busca inserir empresas lideradas por mulheres no mercado externo. Lançado no ano passado, o programa Elas Exportam chega agora à sua 3ª edição com recorde de mulheres inscritas e de participantes. Parceria da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC, o programa — que busca aumentar a presença internacional de empresas lideradas por mulheres — recebeu 551 inscrições nesta chamada, 66% a mais do que na edição passada. As oficinas tiveram início na terça-feira. Entre as áreas de atuação, a maioria das empresas mentoradas são de alimentos, bebidas e produtos do agronegócio, seguidas por companhias dos segmentos de moda, higiene pessoal e cosméticos, móveis, e outros produtos.

Novas oportunidades

“Ao se envolverem no comércio internacional, as mulheres têm a oportunidade de expandir seus negócios, aumentando sua base de clientes e gerando mais receita. Cada vez mais empreendedoras têm buscado conquistar esse espaço”, diz Tatiana Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do MDIC.



MDIC/Divulgação



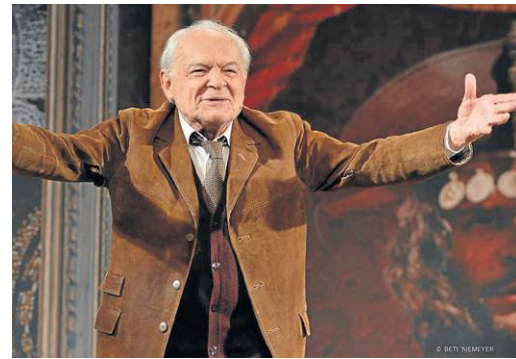
Apex/Divulgação

Inspiração

“Aprendemos e absorvemos muito mais conhecimento quando estamos inspiradas e nos espelhamos na experiência de outras mulheres que traçaram caminhos semelhantes aos nossos”, afirma Ana Repezza, diretora de Negócios da ApexBrasil.

Petrobras volta a patrocinar Cena Contemporânea em Brasília

Em 2024, a Petrobras volta a patrocinar o Cena Contemporânea, um dos mais importantes festivais internacionais de teatro do país e o maior da região central do Brasil. Em sua 25ª edição, terá, entre outros 20 espetáculos, o aclamado Othon Bastos, aos 91 anos, no monólogo *Não me entrego, não!*. Totalmente produzido em Brasília, gerando centenas de postos de trabalho, o Cena Contemporânea movimentará a economia local, com a contratação de uma grande equipe de profissionais de várias áreas e serviços de diversos setores, como hotelaria, restaurantes, transportes, iluminação, sonorização, mídia, segurança, limpeza, entre outros. E ainda injeta invenção e conhecimento nos palcos do DF, com um elenco de espetáculos internacionais, nacionais e locais, apresentados a preços populares.



Divulgação

Em novembro

O Cena Contemporânea será de 5 a 17 de novembro, com espetáculos em vários espaços de Brasília e nos teatros do Sesc de Taguatinga e Ceilândia. O projeto é apresentado pelo Ministério da Cultura e pela Petrobras, e o patrocínio integra o Programa Petrobras Cultural, realizado por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).

Sindivarejista terá curso para migrante trabalhar no comércio do DF

Entre os dias 9 e 13 de setembro, o Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista) promoverá, com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM), um curso para qualificar migrantes para trabalhar em lojas. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no site da OIM. Há 50 vagas. A maioria dos estrangeiros no Brasil procede da Bolívia e da Venezuela. “Brasília, por ser a capital da República que reúne diversas embaixadas, necessita ter, em algumas lojas, atendentes que falem mais de uma língua, além do português. O curso é uma iniciativa positiva e mostra a preocupação do sindicato em modernizar o comércio”, destaca o presidente do Sindivarejista, Sebastião Abritta.

Divulgação Sindivarejista



Consultoria do Sebrae

As aulas, das 8h às 12h, serão ministradas na sede do Sindivarejista, no Setor Comercial Sul. O curso será dado por Pollyana Olfier, consultora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Elogio do Comando do Planalto à operação 7 de Setembro

Durante a reunião de apresentação do planejamento de segurança da Secretaria de Segurança Pública do DF (SSP-DF) para o 7 de Setembro, o comandante Militar do Planalto, general Ricardo Carmona, fez um elogio à organização prévia do evento. “Este é o segundo ano que participo desse processo para organização do desfile, e esse trabalho integrado é o grande diferencial. Agradeço a todos os órgãos pelo empenho e parceria”, frisou.

ESPCEx/Divulgação



“Momento de civismo e amor à Pátria”

O procurador de Justiça José Eduardo Sabo Paes, da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) do MPDF, também participou da reunião de trabalho da SSP-DF. “Os ajustes solicitados em relação ao desfile realizado no ano passado foram plenamente contemplados para que possamos atender, com maior conforto e segurança, ao maior número de pessoas que chegarem até o local do desfile, neste momento de civismo e amor à Pátria”, pontuou.

Oswaldo Reis/Esp. CB/DA Press



CAMPEONATO BRASILEIRO DE

WAKEBOARD BRASÍLIA

ETAPA



13 E 14 SETEMBRO

DECK NORTE

ESTE PRODUTO É DESTINADO A ANÚNCIOS

PATROCÍNIO



MEDIA PARTNER



ECONOMIA

Maior foco no agronegócio

Ibaneis Rocha diz que o DF trabalha para se tornar referência nacional em feiras agrícolas. O governador esteve na abertura da 32ª Expoabra e prometeu mais investimentos para o setor

» DAVI CRUZ

O Governo do Distrito Federal (GDF) trabalha para que a região ganhe destaque no cenário de eventos agropecuários nacionais. A declaração foi dada, ontem, pelo governador Ibaneis Rocha durante a abertura da 32ª Expoabra. Ele destacou a importância do agronegócio para a economia local e nacional, além de anunciar melhorias para futuras edições da exposição, que acontece até 8 de setembro, no Parque da Granja do Torto. “Nosso objetivo é consolidar Brasília como a melhor feira agropecuária do Brasil. Vamos trabalhar para que o evento do ano que vem seja ainda mais grandioso”, enfatizou o chefe do Executivo local, na cerimônia, a autoridades, produtores rurais e representantes de entidades do setor.

Para a realização da atual edição da Expoabra, o GDF investiu quase R\$ 6 milhões, sobretudo, em melhorias na infraestrutura do local onde a exposição se realiza, segundo informações do Palácio do Buriti. “Desde que assumimos (o governo), em 2019, encontramos uma situação de abandono no Parque da Granja do Torto, e, agora, temos uma feira que se destaca no cenário nacional”, afirmou Ibaneis.

Ele garantiu que a Expoabra 2025 será maior e mais impactante das realizadas, com investimentos significativos para a modernização e a ampliação das instalações, a fim de proporcionar

Davi Cruz/CB/DA Press



Ibaneis (centro): “Brasília será a melhor feira agropecuária do Brasil”

nar mais praticidade e comodidade aos expositores.

Expectativas

O secretário de Agricultura do Distrito Federal, Rafael Bueno, também subiu ao palco para falar sobre os impactos do evento na área pecuarista da região. “Essa feira marca o recomeço da atividade pecuária no DF, seja na bovinocultura de corte, na produção de leite, ou na criação de abelhas e cavalos. O que temos recebido de retorno dos produtores é fantástico. Estamos planejando a 33ª Expoabra que, com certeza, será ainda mais forte e com um ambiente excelente para negócios. Juntos, vamos fortalecer a cadeia da pecuária no Distrito Federal”, afirmou.

Presidente da Expoabra, Fábio Cipriano também destacou a importância do apoio dado pelo GDF. Cipriano ainda reforçou o convite para que a população participe das atividades programadas para os próximos dias, incluindo plenárias, cursos e shows. “Lembrando que ainda temos cinco dias intensos de programação, todos os brasilienses estão super convidados”, disse. Ele acrescentou que o evento também conta com uma agenda artística com apresentações musicais de cantores como: Maíara e Maraisa, Frejat, Thaeme e Thiago, e Edson e Hudson. “É um evento para todas as idades, com programação para crianças, adultos e profissionais do agro. Ninguém pode ficar de fora”, informou.



Segurança **Jurídica** e a **competitividade** da mineração brasileira

A mineração é um dos principais pilares da economia brasileira, no entanto o setor enfrenta inúmeros desafios. Para abordar esse cenário, o Correio Braziliense promove debate sobre a competitividade e o futuro do setor no país.

HOJE

a partir das 09h

Assista o evento **online**
com **transmissão ao vivo**
no site e redes sociais
do Correio Braziliense



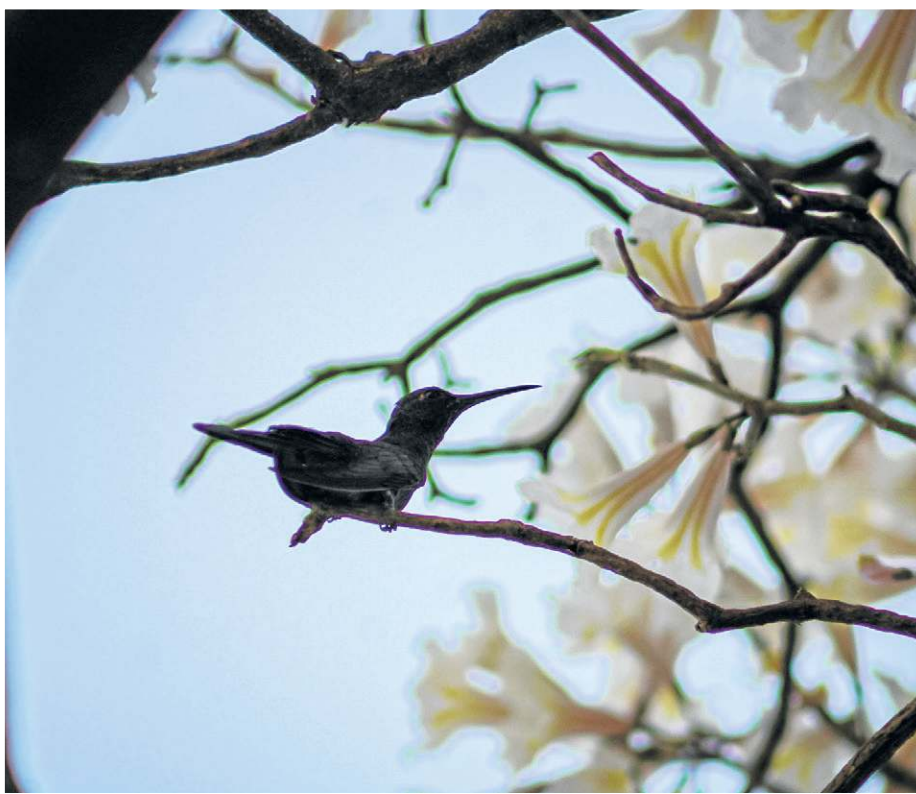
Apoio:



Realização:



Fotos: Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Além de embelezar a cidade, os ipês alimentam pássaros e insetos

Um mar de algodão na cidade

De setembro a dezembro, o Distrito Federal é tomado pela floração dominante dos ipês-brancos. A flores duram cerca de 3 a 4 dias, mas a beleza encanta os brasilienses a cada temporada

» DAVI CRUZ

O Distrito Federal é caracterizado por sua arquitetura icônica e vastos espaços abertos que ganham, a partir do mês de junho, uma nova paleta de cores durante a temporada de floração dos ipês. Essas árvores, que variam do vibrante amarelo ao sóbrio roxo, são símbolo da beleza do Cerrado. Entre elas, a florada do ipê-branco (*Handroanthus roseo-albus*), entre setembro e dezembro, brota como joia rara, um evento aguardado e celebrado devido à rapidez do espetáculo.

Segundo o engenheiro florestal Luciano Alencar, especialista em fauna e flora, o que torna o ipê-branco tão especial em comparação a outras espécies é o curto período de sua floração. “Enquanto os outros ipês florescem por cerca de sete a nove dias, a floração desse tipo dura apenas três ou quatro dias”, explica ao **Correio**. Para o especialista, a curta janela de tempo, no entanto, não diminui a sua majestade, mas torna o momento ainda mais precioso e aguardado. “É uma floração intensa e impactante, capaz de transformar o cenário seco e empoeirado de Brasília em um verdadeiro espetáculo natural”, afirma.

Além da floração passageira, o ipê-branco compartilha com outras árvores a preferência por solos férteis. Alencar ressalta a importância dessas espécies no equilíbrio ecológico da região, em especial o branco, que atrai uma grande variedade de polinizadores, como insetos, que são essenciais para a reprodução das espécies locais.

O ipê-branco é uma árvore de médio porte, com alturas entre 7 e 16 metros, que se torna uma escolha popular no paisagismo e na arborização urbana pelo seu tamanho gerenciável. Marcada pela beleza, a espécie tem uma função ecológica importante, por fornecer abrigo e alimento para pássaros e insetos. Além de exuberante, a flor também pode ser utilizada na culinária, pois sua folha é comestível. São consumidas as pétalas, após a remoção do cálice, em receitas de refogados, empanados e saladas cruas.

Atualmente, a floração das árvores brancas e amarelas acontecem, de forma simultânea. O especialista explica que é comum ter o retardado ou adiantamento de floração dos ipês em algumas semanas. “Esse fenômeno, consequentemente, pode acarretar na floração de espécies diferentes em um mesmo período, como está ocorrendo agora em alguns pontos de Brasília”, esclarece.

A floração dos ipês é um momento que mexe com o cotidiano e o imaginário afetivo dos moradores e visitantes do DF Hilana

Araújo, 26 anos, advogada, conta que fez questão de levar as irmãs gêmeas, Thalita Maria Araújo e Thalia Tereza Araújo, 24, para apreciar o espetáculo natural. “Nós viemos especificamente para ver os ipês e tirar fotos deles. É algo muito lindo, dá vontade de levar uma dessas árvores para nossa casa. Parece até um tapete imenso de algodão”, comenta com alegria. Elas vieram do Maranhão e ficaram encantadas com a transformação que as árvores proporcionam na cidade. “É uma experiência única. Jamais vou me esquecer desse dia”, afirma Hilana.

Depoimentos

Felipe Ferreira, 22, modelo e profissional de vendas, também se surpreendeu com a beleza da árvore. “Eu trabalho em várias áreas do Plano Piloto, e por isso acabo vendo muitos ipês, mas o branco eu nunca tinha notado tão de perto. É uma beleza que encanta, especialmente nessa época do ano, quando tudo está mais seco e cinzento”, disse. A amiga, Samira Manzan, 22, auxiliar de logística, compartilha o sentimento ao admirar a espécie. “Essas árvores realmente trazem um charme especial para Brasília. Mesmo nos arredores, em áreas menos centrais, como em Santa Maria onde eu moro, os ipês dão vida ao ambiente”, enfatiza.

Segundo o especialista, a presença dos ipês na capital vai além da mera estética, por representar a resiliência do Cerrado apesar das adversidades climáticas. Para Alencar, a beleza dos ipês, especialmente o branco, torna-se ainda mais significativa quando contrastada com o cenário árido e empoeirado de Brasília durante a seca. “Além da importância ecológica, atraindo polinizadores e contribuindo para a biodiversidade local, os ipês também têm um valor paisagístico inestimável. Eles não só melhoram a qualidade visual da cidade, mas também fortalecem a identidade cultural e natural do Cerrado e do Distrito Federal”, explica Alencar.

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) está à frente do projeto de arborização da cidade. Segundo a instituição, a meta é arborizar todas as regiões administrativas do DF, serviço que já resultou no plantio de mais de 5,5 milhões de árvores.

Para o ano de 2024, o objetivo é plantar 100 mil árvores. O projeto inclui uma variedade de espécies, mas os ipês ganham destaque. Cerca de 40 mil mudas da espécie serão plantadas até o fim deste ano, colorindo ainda mais as ruas e parques da capital. A plantação será intensificada a partir de outubro, pois marca a chegada do período chuvoso na capital, e deve ser concluído em dezembro.



Felipe Ferreira e Samira compartilham a admiração pela florada branca



Hilana (C) levou as irmãs Thalita e Thalita para apreciar a floração



Em muitos lugares, os ipês-brancos e amarelos floresceram juntos

Umidade continua em baixa

O clima quente e seco deve permanecer na capital hoje. Ontem, os termômetros marcaram mínima de 15°C e máxima de 32°C e a umidade relativa do ar chegou a 10%. De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), hoje, a temperatura mínima se mantém em 15°C e a máxima vai cair um pouco, para 31°C. A umidade relativa do ar vai aumentar para 15%. O alerta do Inmet, que ontem estava vermelho, significando que a umidade do ar atingiu níveis críticos, abaixo de 12%, hoje estará amarelo (quando existe a possibilidade de a umidade tornar-se perigosa). Nas duas situações, a população deve tomar muitos cuidados.

A Subsecretaria do Sistema de Defesa Civil (Sudec) intensificou a divulgação de orientações à população, como consumir bastante água, suprimir exercícios físicos ao ar livre entre 10h e 16h, evitar aglomerações em ambientes fechados e usar soro fisiológico para olhos e narinas.

No período de seca é recomendado evitar a exposição prolongada ao Sol e à baixa umidade, que podem causar queimaduras, desidratação, sangramento nasal e disenteria. A Defesa Civil recomenda umidificar o ambiente com vaporizadores, toalhas molhadas e recipientes com água.

A Sudec informa, ainda, que monitora constantemente as condições meteorológicas para alertar a população sobre os cuidados necessários. A população pode receber alertas por SMS de forma gratuita, por meio do número 40199.

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176



Bia Haddad cai no US Open

Beatriz Haddad Maia se despediu do US Open, ontem. A brasileira foi superada pela checa Karolína Muchova por 2 sets a 0, com parciais de 6/1 e 6/4, e caiu nas quartas de final. Bia fez uma partida abaixo e sofreu um mal-estar no segundo set. "A Muchova fez a parte dela e mereceu vencer. Da minha parte, não acho que joguei no mesmo nível das últimas partidas. Então, não estou satisfeita com isso", disse.

Timothy A. Clary/AFP

BOLA DE OURO Revista France Football divulga candidatos ao prêmio de melhor do mundo. No masculino, Vinicius Junior se apoia em atuações com o Real Madrid para despontar como favorito. Entre as mulheres, Gabi Portilho recoloca o DF no páreo

No hall dos craques

DANILO QUEIROZ

Corrida pelo status de melhor jogador do mundo na temporada 2023/2024 está oficialmente em andamento. Uma das premiações de maior reconhecimento do futebol profissional, a Bola de Ouro anunciou, ontem, os finalistas aos 10 prêmios em jogo. E os mais importantes estão com brasileiros no páreo. No masculino, Vinicius Junior é um dos 30 indicados e concorre para consolidar o ano brilhante com a camisa do Real Madrid. No feminino, a brasileira Gabi Portilho, do Corinthians, coloca o Distrito Federal nos holofotes após 17 anos. Historicamente, a disputa organizada pela revista France Football carrega o peso de "prévia" do Fifa The Best.

Além de Vini e Portilho nas disputas principais, outros três brasileiros concorrem nas mais diversas vertentes da Bola de Ouro. A zagueira Tarciane luta pela mesma premiação e Gabi pela temporada vivida com as camisas de Corinthians e Houston Dash-EUA. Savinho apareceu na relação do Troféu Kopa, responsável por reconhecer o maior destaque masculino da categoria Sub-21. Mentor da medalha de prata da Seleção Brasileira nos Jogos Olímpicos de Paris-2024, Arthur Elias compete à posição de melhor técnico no futebol feminino. A premiação distribuirá, ainda, o Troféu Yashin (melhor goleiro), o Troféu Gerd Müller (artilheiro), o Prêmio Sócrates (iniciativa social) e o prêmio do ano no masculino. Os vencedores serão anunciados em 28 de outubro, no Théâtre du Châtelet, em Paris.

Organizada pela primeira vez

Ina Fassbender/AFP



Vinicius Junior teve temporada de grande destaque no Real Madrid

em parceria com a Uefa, a Bola de Ouro é o primeiro passo para Vinicius Junior realizar o sonho de ser o melhor jogador do mundo. O atacante busca a consagração apoiado, basicamente, nas atuações de gala com o Real Madrid.

Na última temporada europeia, o brasileiro teve posição de destaque nas conquistas merengues na Liga dos Campeões e no Campeonato Espanhol. Em comparação aos principais concorrentes, o camisa sete tem como fator

Divulgação/FPF



Gabi Portilho é mult campeã no Brasil com a camisa do Corinthians

negativo o pouco brilho vestindo o uniforme da Seleção Brasileira. Vista como torneio capaz de garantir as premiações individuais ao jogador, a Copa América teve atuações bastante apagadas do nome verde e amarelo mais

prestigiado no Velho Continente.

Os demais candidatos ao tradicional prêmio da France Football apostam justamente no fator seleção para tentar destronar Vini Junior. Os principais concorrentes do brasileiro tiveram campanhas

de destaque na Eurocopa. Rodri, do Manchester City, foi campeão com a Espanha e eleito o melhor jogador do torneio. Companheiro de Real Madrid, Jude Bellingham tem as boas atuações com a camisa merengue somadas ao desempenho na trajetória do vice-campeonato da Inglaterra. Os artilheiros Kylian Mbappé, Harry Kane e Erling Haaland correm por fora. A candidatura deles ao prêmio tem como diferencial o alto número de bolas na rede ao longo do ano.

Aos passos de Kaká

Destaque na campanha de prata do Brasil nos Jogos Olímpicos de Paris-2024 e mult campeã com o Corinthians, Gabi Portilho recolocou o Distrito Federal na rota das premiações de melhor jogador do mundo. A brasileira pode, agora, igualar o feito de Kaká, candango eleito o jogador número 1 do planeta na temporada de 2007. Repetir o feito, no entanto, não é uma missão fácil.

Apesar de indicada, Gabi não está entre as favoritas à Bola de Ouro da France Football. Alexia Putellas, Lucy Bronze e Aitana Bonmatí, por exemplo, são rivais complexas de serem vencidas na premiação. Em âmbito nacional, no entanto, a presença de Portilho e de Tarciane na lista foi comemorada. Eleita seis vezes a melhor do mundo, Marta vibrou pelas companheiras. O técnico Arthur Elias também destacou a importância. "Enriquece o futebol brasileiro e a gente espera que, daqui para frente, cada vez mais atletas possam ser reconhecidas internacionalmente, assim como as duas merecidamente foram indicadas", citou.

FUTEBOL AMERICANO

Com escala em SP, NFL começa hoje

ARTHUR RIBEIRO*

Os fãs da NFL se acostumaram com o lema "setembro sempre chega. Após quase sete meses de espera, a maior liga de futebol americano volta, hoje, com 32 times em busca do sonho de desembarcar em New Orleans em 9 de fevereiro para o Super Bowl LIX, a badalada decisão. Apesar do nome, o esporte está cada vez mais mundial e, neste ano, terá um toque brasileiro dentro e fora de campo.

Às 21h20, o atual campeão Kansas City Chiefs recebe o Baltimore Ravens. O jogo é uma oportunidade para os quarterbacks Patrick Mahomes e Lamar Jackson medirem forças. Nos seis anos desde que Mahomes foi selecionado no draft, o Chiefs venceu o Super Bowl três vezes e é novamente o favorito a erguer o troféu Vince Lombardi. Lamar deu status de potência ao Ravens, mas ainda não chegou na grande decisão.

Desde 2013, apenas atletas da posição foram nomeados melhor jogador da liga (MVP), inclusive os craques de Kansas City e Baltimore, duas vezes cada. O MVP do Super Bowl foi um quarterback em sete das últimas 10 ocasiões.

Brasil

Kicker do Chicago Bears, o paulista Cairo Santos, de 32 anos, é o

Vinicius Alves/Ag. Corinthians



Casa do Corinthians, a Neo Química Arena está "vestida" para a NFL

responsável por chutar a bola para colocá-la em jogo e marcar pontos. Na liga desde 2014, quando se juntou ao Chiefs, tornou-se um dos mais confiáveis na posição, com mais de 90% de aproveitamento nas últimas duas temporadas.

Haverá um "sextou" diferente na Neo Química Arena, em São Paulo, com a primeira partida da NFL na América do Sul, entre Philadelphia Eagles e Green Bay Packers, às 21h15. A iniciativa faz parte do projeto de expansão da expansão. Também serão disputados jogos em Londres e Munique.

Formato

A liga é dividida em duas conferências: AFC e NFC. De cada lado, estão 16 franquias, separadas em Norte, Sul, Leste e Oeste, com quatro times em cada. Após os 17 compromissos da temporada regular e uma semana de descanso em datas alternadas para

cada time, começam os playoffs.

O dono da melhor campanha geral da AFC e o da NFC garante um lugar direto nas semifinais, o divisional round. Os demais campeões de divisão da conferência recebem os outros três mais bem qualificados para o jogo de Wild Card, a repescagem.

Assim, formam-se os quatro semifinalistas de conferência. O vencedor briga pelo título da AFC ou da NFC. O campeão avança ao Super Bowl. Os confrontos são em jogo único e com mando do time de melhor campanha.

Os fãs podem acompanhar a NFL em diferentes plataformas. Nos canais abertos, a opção é a Rede TV/TV Brasília, enquanto na fechada a veiculação é feita da ESPN. Na internet, Disney+, Cazé-TV (YouTube e Prime Video) e NFL Game Pass (DAZN e streaming) são alternativas.

* Estagiário sob a supervisão de Victor Parrini

As divisões

AFC Leste

» Buffalo Bills, Miami Dolphins, New England Patriots e New York Jets

AFC Norte

» Baltimore Ravens, Cincinnati Bengals, Cleveland Browns e Pittsburgh Steelers

AFC Sul

» Houston Texans, Indianapolis Colts, Jacksonville Jaguars e Tennessee Titans

AFC Oeste

» Denver Broncos, Kansas City Chiefs, Las Vegas Raiders e Los Angeles Chargers

NFC Leste

» Dallas Cowboys, New York Giants, Philadelphia Eagles e Washington Commanders

NFC Norte

» Chicago Bears, Detroit Lions, Green Bay Packers e Minnesota Vikings

NFC Sul

» Atlanta Falcons, Carolina Panthers, New Orleans Saints e Tampa Bay Buccaneers

NFC Oeste

» Arizona Cardinals, Los Angeles Rams, San Francisco 49ers e Seattle Seahawks

SELEÇÃO

Pedro sofre lesão grave no joelho

O atacante Pedro foi desconvocado da Seleção Brasileira, ontem, após sofrer uma ruptura do ligamento cruzado anterior do joelho esquerdo na atividade de treinamento da equipe verde e amarela. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) confirmou o caso e Dorival Júnior convocou João Pedro, do Brighton, para a posição.

Pedro sofreu uma entorse no treino da Seleção, no CT do Caju, do Athletico-PR, em Curitiba. O atacante treinava como titular e acabou sofrendo o problema sozinho, sem contato com outro jogador do elenco. O atleta, então, foi submetido a teste clínico e ressonância magnética. Os exames constataram a grave lesão no joelho.

O departamento médico da Seleção comunicou o Flamengo e efetuou o corte do atacante das rodadas das Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa do Mundo 2026 que serão disputadas no fim desta semana e o começo da próxima.

Artilheiro do Brasil em 2024, com 30 gols, Pedro teve problema semelhante ao sofrido pelo atacante Neymar. O tempo de recuperação para lesões do tipo varia entre nove e 12 meses. Em 2018, o camisa nove enfrentou o mesmo caso. Na ocasião, ele defendia o Fluminense. A

Rafael Ribeiro/CBF



Atacante do Flamengo deve parar de jogar por nove meses

situação do atacante agravou o drama de casos médidos atravessado pelo Flamengo. No momento, são sete desfalques. O clube deve acionar a Fifa para ser indenizado.

No grupo da Seleção Brasileira, o caso de Pedro é o terceiro corte em pouco tempo. Primeiro, Yan Couto, do Borussia Dortmund, foi substituído por William, do Cruzeiro, por causa de problemas clínicos. Depois, Lucas Moura, do São Paulo, foi chamado após seis anos, para o lugar de Savinho, do Manchester City, também lesionado.

Os comandados de Dorival Júnior treinam no CT do Athletico-PR, antes da partida contra o Equador, pelas Eliminatórias Sul-Americanas da Copa do Mundo 2026. O jogo será amanhã, às 22h, no Estádio Couto Pereira, também na capital paranaense.



Pernambucana repete Tóquio-2020, fatura o terceiro ouro em Paris-2024 e amplia recorde de maior campeã paralímpica do Brasil

O sexto sentido de Carol

VICTOR PARRINI

Marcello Zambrana/CPB



Em 11 de março de 2021, Carolina Gomes Santiago falou ao **Correio** sobre a entrada “tardia” no esporte de alto rendimento, aos 33 anos. Compartilhou ter ouvido que estava velha. Pernambucana arreata, deu de ombros para as críticas. Ou melhor, nadou com autoridade contra elas. Na primeira participação em Paralimpíada, em Tóquio-2020, tornou-se a maior medalhista do país em uma edição ao faturar três ouros, uma prata e um bronze. Três anos depois, ofereceu um repeteco na edição de Paris-2024. Ontem, dominou a prova dos 100m livres S12 (para nadadores com deficiência visual), alcançou o terceiro título na França — também conquistou 100m costas S12 e 50m livres S13 — e ampliou a vantagem como a maior campeã do país no megaevento.

Carol abriu dos títulos paralímpicos em relação à vice-líder da lista, Ádria Santos, do atletismo. A mineira ostenta ouros nos 100m de Barcelona-1992, nos 100m e 200m de Sydney-2000 e nos 100m de Atenas-2004. “Estou muito, muito feliz, muito satisfeita. São muitas emoções. Está sendo uma competição muito intensa, maravilhosa e, gente, eu só tenho a agradecer”, comemorou Carol, após a prova na Arena Paris La Défense. A pernambucana de 39 anos puxou a fila da prova com a marca de 59s30 e deixou para trás a ucraniana Anna Stetsenko (1min00s39) e a japonesa Ayano Tsujiuchi (1min01s05).

A modalidade que hoje premia Carol Santiago foi, antes, uma ferramenta para superar

temores. Ela nasceu com síndrome de Morning Glory, alteração congênita na retina que reduz seu campo de visão. Praticou natação convencional até o fim de 2018, quando migrou para o esporte paralímpico.

“Meu irmão foi nadador e eu nadava porque era o único esporte que eu podia fazer que não tinha impacto, pois qualquer pancada que eu leve na cabeça posso perder um pouquinho de

visão que tenho. Tenho uma sensibilidade muito grande na retina. Sempre nadei até para manter o meu físico e era uma forma de eu me colocar à prova. Para mim, a natação sempre foi uma forma de superar os meus medos. Então sempre me mantive nadando, mas a excelência mesmo eu tive quando cheguei no Centro de Treinamento da Seleção Brasileira, em São Paulo”, compartilhou o **Correio**.

A quarta-feira teve comemoração em dose dupla para Carol em Paris. Além do ouro individual, subiu ao pódio com Mathews Rheine, Douglas Matera e Lucilene Sousa após a campanha de prata no revezamento 4x100m 49 pontos. A natação brasileira também comemorou as medalhas conquistadas pela mineira Patrícia Pereira, segunda nos 50m livres da classe SB3 (para nadadores com funcionalidade de

braços e mãos, mas sem controle de tronco e membros inferiores), e pela carioca Mariana Gesteira, bronze nos 100m livres da S9 (para atletas com restrições nas articulações em um dos membros inferiores ou nas articulações dos dois membros abaixo do joelho).

Das 57 medalhas conquistadas pelos brasileiros até o momento, 20 saíram da natação. A modalidade é a segunda que mais brindou o país com pódios

Quadro de Medalhas

País	Ouro	Prata	Bronze	Total
1. China	62	46	27	135
2. Grã-Bretanha	33	25	16	74
3. Estados Unidos	25	26	12	63
4. Holanda	16	7	5	28
5. França	15	17	18	50
6. Brasil	15	15	27	57
7. Ucrânia	13	18	21	52
8. Itália	13	10	23	46
9. Austrália	11	12	18	41
10. Espanha	7	8	17	32

em Jogos Paralímpicos. Antes de Paris-2024, 125 das 373 conquistas haviam saído das piscinas, atrás somente das 170 do atletismo.

Ontem, quatro das nove medalhas do dia vieram do atletismo. A paulista Verônica Hipólito faturou o bronze nos 100m da classe T36 (paralisados cerebrais). Nos 100m T53 (paralisia cerebral), o maranhense Bartolomeu Chaves competiu com dores, mas cruzou a linha de chegada em segundo. Mesmo resultado da amapaense Wanda Brito no arremesso de peso F32 (para competidores com transtornos de movimento de alto grau em todo o tronco e em ambos os braços e pernas). Nos 100m T53 (cadeira de rodas), o paraibano Ariosvaldo Fernandes cruzou a linha de chegada em terceiro.

No halterofilismo, Lara Lima celebrou bronze na categoria para atletas até 41kg. Foi o primeiro pódio de Lara em Jogos Paralímpicos. No último Mundial da modalidade, a mineira ficou em terceiro lugar na mesma disputa. Em junho, havia batido o próprio recorde com 107kg levantados na etapa da Geórgia da Copa do Mundo.

32ª EXPO ABRA BRASÍLIA 2024
O AGRO EM TEMPO DE INOVAÇÃO

DE 30/08 A 08/09
ENTRADA FRANCA
RODEIO E SHOWS GRATUITOS
(APRESENTAÇÃO DE 1KG DE ALIMENTO)

FREJAT • EDSON E HUDSON • MAIARA E MARAÍSA • THAEME E THIAGO

Parceiro de Mídia:



Apoio:



Realização:



Diversão & Arte



O kung-fu é crucial no filme e na vida da família de Glória Pires

Fotos: Stella Carvalho/Dvidualização

A NINJA da FAMÍLIA

O LONGA CHEIO DE AÇÃO E AMOR É PROTAGONIZADO POR GLÓRIA PIRES, AO LADO DA FILHA CLEO E TRAZ A QUALIDADE DO DIRETOR BRUNO BARRETO

» PEDRO IBARRA

Ação, drama e comédia são mesclados em um gênero único e direcionados para o público infanto-juvenil em uma das principais estreias da semana. *Vovó Ninja*, filme dirigido por Bruno Barreto e protagonizado por Glória Pires, com os atores mirins Luiza Salles, Michel Felberg e Angelo Vital, traz uma história para crianças, mas com mensagens interessantes e valiosas para o público.

O longa acompanha a relação de Dona Arlete (Glória Pires) com os três netos, que precisaram ir para a fazenda da avó no início das férias, porque não tinham o que fazer, já que a mãe (Cleo) ainda estava trabalhando. O que os dois meninos e a menina não esperavam é que a vovó, que parecia inofensiva, era uma mestre do kung-fu. O que parecia ser um verão chato se torna um período de aprendizado.

“Essa é a história de como três crianças aproximam a mãe da avó e vice-versa”, resume o diretor Bruno Barreto. Portanto, apesar de ter cenas de ação, a mensagem do filme é sobre o conflito geracional. “Esse tema passeia pelo filme. Os mais velhos precisam se adequar aos mais novos e vice-versa. É preciso entender que todo mundo tem um espaço, pode se manifestar e que não é errado discordar, não precisa ser um problema nem um drama. Faz parte de um exercício de vida”, acrescenta Glória Pires, em entrevista ao *Correio*.

Glória acredita que o assunto é crucial para a atualidade, é preciso que as gerações se aceitem. “É importante trazer essas novas gerações para convivência e recuperar o diálogo”, destaca a atriz, que exalta o filme: “É uma obra que propõe um acolhimento e dá espaço para todas as

questões geracionais surgirem. Além de ser um filme esteticamente bonito, encantador e gostoso de assistir”.

Cleo considera que é valiosa a discussão de longa e gosta de poder ter essa experiência. “É muito gostoso pensar que posso alcançar mais gente. É muito divertido! Eu adoro as novas gerações. Eu sou supercuriosa, quero ter no meu meio várias gerações, não só a a minha. É muito enriquecedor”, avalia.

Esta também é a primeira vez que mãe e filha atuam juntas em uma produção no papel de mãe e filha. “Quando Bruno me chamou, eu aceitei na hora. Porque, eu queria muito fazer uma filha da minha mãe na tela”, conta Cleo. “Fizendo todas essas pessoas fazendo papéis de filhos da minha mãe e sentia ciúmes, mas agora eu também fui filha da minha mãe, estou feliz”, complementa, aos risos.

Desde a relação mãe e filha se transportando para tela até a forma de atuar das crianças, tudo no filme foi para passar um ar real, fugir da infantilização das produções infanto-juvenis. “Queríamos manter a coisa viva e não rígida”, diz Bruno Barreto. “Entre todos os filmes que fiz, esse é um dos que mais teve verdade”, complementa o diretor.

Kung-fu na família

Um dos pontos cruciais do filme, o kung-fu também era conhecido na casa de Glória Pires. O filho da atriz, Bento, praticou por anos a arte marcial. “Ele era graduado e tinha muita habilidade com o nunchaku”, lembra Glória. A filha ressalta que a influência para essa prática veio da mãe. “Minha mãe é viciada em Bruce Lee”, recorda Cleo. “Eu apliquei todos meus filhos em Bruce Lee (risos)”, complementa a mãe.



Glória Pires e Cleo interpretam mãe e filha pela primeira vez



Beetlejuice 2 ganha primeiro trailer e recebe título no Brasil

Dvidualização/Warner Bros. Pictures

Diversão assombrosa

» BIANCA LUCCA*

De volta às origens, *Beetlejuice Beetlejuice: os fantasmas ainda se divertem* é um passeio pelo estilo consolidado do diretor Tim Burton. O filme resgata a construção estética que Burton construiu ao longo da carreira e reúne o elenco principal da história do terrível e amado Beetlejuice. Michael Keaton dá vida novamente ao querido antagonista, dessa vez para ajudar a paixão não correspondida de anos atrás a recuperar alguém que foi perdido. Mas, claro, com um preço ao estilo do personagem.

Winona Ryder é caracterizada com a franja pontiaguda e vestimentas góticas para interpretar Lydia Deetz com a mesma essência da protagonista adolescente, quase 40 anos após o lançamento original. Agora, Lydia é uma adulta peculiar, com o próprio show de televisão sobre aparições sobrenaturais. A apresentadora paranormal é quem recebe o público no início do filme para iniciar a imersão no universo, e ainda alerta os espectadores: O que todos estão prestes a ver é algo nojento e macabro. Vá por sua conta e risco.

O novo acréscimo do elenco é Jenna Ortega, que trabalhou com Burton em episódios da série *Wednesday* (2022) e conquistou o coração do público ao dar vida a Wandinha Addams. Jenna é Astrid Deetz, filha de Lydia e adolescente revoltada com a fama estranha da mãe. Com a morte do avô, Astrid é convidada a visitar a casa assombrada em Winter River, onde a mãe passou por experiências terríveis e engraçadas.

Três gerações de mulheres da família Deetz enfrentam o luto, a raiva e o amor ao passarem pelo reencontro inesperado. Mas Lydia alerta a todos ao adentrarem a casa quando sente uma presença indesejada: nunca dizer o nome Beetlejuice três vezes em voz alta. Mas o demônio do mundo dos mortos está sempre à espreita esperando a oportunidade de se materializar e conquistar a noiva prometida de anos atrás.

O elenco também conta com a adição de Willem Dafoe como o policial de casos pós-morte Wolf Jackson, e Monica Bellucci como a sugadora de almas mortas Dolores. *Beetlejuice Beetlejuice* une o grotesco e o cômico em uma sequência perfeita para os fãs das obras de Tim Burton. Mesmo após quase quatro décadas de avanços tecnológicos do primeiro filme, a estética audiovisual do longa permanece intacta. Figurinos, trilha sonora, efeitos visuais e animações são preservadas na atmosfera gótica da obra original. O final é uma jogada inesperada à la Tim Burton. Confira nos cinemas.

*Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira



ENTREVISTA — LUCIANO CAPARROZ PEREIRA DOS SANTOS, membro e cofundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

Lei da Ficha Limpa em xeque

Ana Maria Campos

Entidades da sociedade civil reagiram à tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar (PLP) 192/2023, que propõe alterações significativas na Lei da Ficha Limpa. Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, depois de passar pela Câmara dos Deputados, a matéria estava a poucos passos de virar lei. Mas a repercussão negativa acabou adiando a comemoração de políticos que pretendem voltar à cena eleitoral com novas regras de inelegibilidade. A discussão ficou para depois do pleito municipal. Entre as entidades que se manifestaram estão o MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em entrevista ao caderno **Direito&Justiça**, o advogado Luciano Caparroz Pereira dos Santos, membro e cofundador do MCCE, afirma que o projeto de

Qual a sua avaliação sobre o Projeto de Lei Complementar que propõe alterações na Lei da Ficha Limpa?

Esse é um projeto de lei que atende somente aos interesses da classe política e daqueles que têm problema com a Lei da Ficha Limpa. Primeiro pela principal autoria na Câmara dos Deputados, a deputada Dani Cunha, filha do ex-deputado Eduardo Cunha, ou seja, já demonstra o interesse pessoal. O projeto é feito todo legislando em causa própria. São os próprios políticos que têm problema com a Lei da Ficha Limpa tentando conseguir uma liberação para poder serem

lei em questão atende apenas a políticos que pretendem driblar a Lei da Ficha Limpa. Ele acredita que o texto, de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ), filha do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, é casuístico e representa um retrocesso. Presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, Caparroz participou ativamente da elaboração do projeto e na efetivação da Lei da Ficha Limpa. Agora está em campo para preservá-la. “Efetivamente faltou debate. Não foram criadas comissões especiais, não houve audiências públicas. E estamos tratando de mudanças em uma lei de iniciativa popular, em que se passou mais de um ano coletando assinaturas, num enorme debate com a sociedade, aprovada na Câmara e no Senado por unanimidade, sancionada pelo presidente da República, com a constitucionalidade discutida no Supremo Tribunal Federal”, afirma o advogado eleitoral.

candidatos, o que torna o projeto totalmente comprometido e principalmente com relação à tramitação. Em ambas as Casas — Câmara e Senado — a tramitação tem sido feita em regime de urgência, sem constituir comissão especial, que é o rito normal da Casa e, com isso, com votações virtuais, de forma atropelada, para que o projeto seja implementado atendendo a esses interesses.

Por que, na sua avaliação, o projeto pode desfigurar os principais mecanismos de proteção da Lei da Ficha Limpa, beneficiando aqueles

Divulgação



condenados por crimes graves?

O projeto busca desfigurar a Lei da Ficha Limpa porque busca diminuir o prazo de inelegibilidade. É preciso lembrar que a Lei da Ficha Limpa trata de crimes graves, hediondos, improbidade administrativa. Todos os casos que comprometem a representação política. A Lei da Ficha Limpa vem exatamente para criar um quadro melhor, beneficiando assim os bons políticos, aqueles que administram de forma séria, que não praticaram crime e que se colocam à disposição da sociedade como representantes dignos, com uma vida pregressa que possa recomendá-los. O objetivo desse projeto, assim como outros que já foram tentados, é desfigurar todo o mecanismo de proteção que a gente tem no sistema que torna inelegíveis aqueles que cometeram crimes.

O argumento de políticos para alterar a legislação é de que a pena de oito anos acaba sendo muito maior porque os processos na Justiça tramitam lentamente e a inelegibilidade vale a partir da condenação em segunda instância. Qual a sua opinião?

Quando se fala que o processo acaba demorando e, com isso, a pessoa pode ficar mais tempo inelegível a gente deve lembrar que os processos tramitam lentamente exatamente pelo manejo de advogados. Os advogados buscam tornar os processos mais longos justamente para evitar a punição daqueles que cometeram crimes. Este argumento não comporta ser

acolhido exatamente porque os próprios advogados desses políticos atuam para que os processos não cheguem ao seu final. O que está se tentando fazer é diminuir prazos para punição de crimes. Como está sendo colocado, alguém que foi condenado a oito anos de prisão quando sair da cadeia já estará apto a participar do processo eleitoral.

Acha que essa mudança foi feita sob medida para beneficiar algum político em especial?

Todas essas mudanças são feitas legislando em causa própria. Nós não trabalhamos com a questão individualizada, deste ou daquele candidato, mas com o princípio, com o critério que a lei estabelece para todos, e para todos ela deve ser igual. Aqueles que têm condenações e que têm problemas para enfrentar o processo da disputa eleitoral devem buscar os recursos e tentar resolver as suas pendências.

Faltou debate com a sociedade sobre o tema?

Efetivamente faltou debate. Não foram criadas comissões especiais, não houve audiências públicas. E estamos tratando de mudanças em uma lei de iniciativa popular, em que se passou mais de um ano coletando assinaturas, num enorme debate com a sociedade, aprovada na Câmara e no Senado por unanimidade, sancionada pelo presidente da República, com a constitucionalidade discutida no Supremo Tribunal Federal. Tentam agora fazer uma alteração por meio de alguns deputados e senadores que acabam

buscando no corporativismo evitar o alcance da Lei da Ficha Limpa.

Qual a sua opinião sobre os embates truculentos e ataques pesados nos debates da campanha eleitoral de São Paulo?

Acho que isso tem a ver com uma degradação da política e é isso que a gente busca combater. A gente não pode conviver com quadros que colocam um nível tão baixo da campanha, que acabam afastando o eleitor. Com isso, aumenta a abstenção no dia da eleição, a participação dos eleitores. O que a gente tem que buscar é não demonizar a política, melhorando os quadros, mas também colocando uma régua e critérios para que tenhamos bons representantes e que isso possa efetivamente trazer a esperança e a perspectiva do eleitor de que alguma coisa pode ser mudada.

A Lei da Ficha Limpa tromba com a soberania popular nas eleições? Pergunto porque muitos políticos que estão inelegíveis conseguiriam se eleger pelo voto popular mesmo com condenações por crimes graves...

A própria Constituição já prevê inelegibilidades. Quando você pensa o prefeito, o governador, o presidente da República não podem ter como sucessores a mulher, os parentes consanguíneos, e esses não cometeram crime nenhum. Mas não podem participar do processo eleitoral porque têm a questão de não se perpetuar no poder. A democracia exige, inclusive, alternância do poder. Todo esse trabalho é feito para que as eleições sejam limpas, transparentes e que possam ser oxigenadas, possam ser feitas com regularidade. Faz parte da democracia. Quando se usa esse argumento de que a Lei da Ficha Limpa retira a soberania popular, o voto, a gente precisa lembrar que já existem na legislação outras inelegibilidades que impedem que candidatos possam participar do processo eleitoral. Então, não foi simplesmente a Lei da Ficha Limpa que trouxe essa questão da inelegibilidade. A Lei da Ficha Limpa veio regulamentar o que a Constituição já dizia.

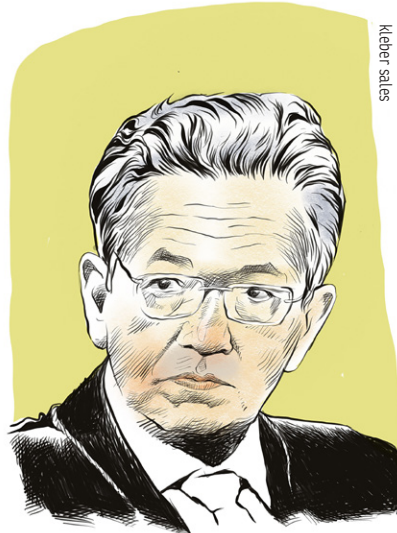
Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Prioridade para o meio ambiente

O ministro Mauro Campbell Marques tomou posse nesta semana na Corregedoria nacional de Justiça, mas já vinha trabalhando desde que o antecessor, o ministro Luis Felipe Salomão, deixou o cargo em 22 de agosto para assumir a vice-presidência do STJ. São estilos diferentes. Embora Campbell seja oriundo do Ministério Público, acostumado a atuar na acusação, a tendência é que o novo corregedor tenha uma postura mais conciliadora que Luis Felipe Salomão. Em seu discurso de posse, o novo corregedor destacou que a questão ambiental representa hoje uma grande preocupação dos brasileiros e também da Justiça. “Vamos promover políticas públicas de apoio estrutural para a instrução de ações voltadas à proteção, à precaução e à recomposição dos biomas nacionais. Temos de priorizar decisões de julgamentos onde tais temas estejam gritando fundo em nossas consciências, não mais para futuras, mas para a nossa geração”, declarou.



Kleber Sales



Alcandro Zambrana/Secom/ISE

Benedito Gonçalves assume a Enfam

O ministro Benedito Gonçalves do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tomou posse no cargo de diretor-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). A gestão terá como vice-presidente a ministra Isabel Gallotti. Benedito Gonçalves é o primeiro ministro negro do STJ.



Divulgação/entrar

Propriedade intelectual

Derivada da dissertação do Mestrado Profissional Direito Civil na PUC-Rio, a obra Direitos autorais de acordo com o STJ, de Pedro de Abreu M. Campos, acaba de entrar para a seleta bibliografia sugerida aos servidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A produção, orientada pelo professor doutor Pedro Marcos Nunes Barbosa, mapeia os casos julgados pelo STJ sobre propriedade intelectual desde a promulgação da Lei 9.610/98.

Eleitorado em processo de convencimento

Não deve ainda ser em setembro a votação para a escolha dos candidatos à vaga do Ministério Público no quinto constitucional do STJ. Os concorrentes estão ansiosos por uma decisão. Mas os ministros não parecem ter pressa para eleger a lista tríplice que será encaminhada ao presidente Lula.

Liberdade de decisão de adolescente de 13 anos

Recente decisão do STJ sobre estupro de vulnerável mostra duas coisas importantes: a letra fria da lei muitas vezes fica em segundo plano quando estão em questão conceitos pessoais. A 6ª Turma manteve a absolvição de um jovem de 20 anos de Santa Catarina que teve um relacionamento íntimo com uma adolescente de 13 anos por entender que se tratava de um romance, embora a lei estabeleça literalmente que tal conduta é crime como forma de preservar a vulnerabilidade da menina. A outra constatação relacionada ao caso é que as penas para estupro de vulneráveis precisam de reavaliação. Na forma atual, de dois a oito anos, só levam a condenações em casos extremos. Em geral, os juízes acabam absolvendo por considerar a punição exagerada em situações nebulosas, que é o que, em geral, ocorre, com apenas a palavra da vítima como evidência.

Litigância predatória

O juiz de direito Rodrigo Flávio Alves de Oliveira, da 1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira (PE), extinguiu cerca de 20 ações contendo indícios de litigância predatória. O magistrado cita depoimento pessoal da parte autora afirmando não conhecer o advogado que ajuizou a ação contra o banco BMG, nem mesmo ter ciência da existência da demanda em seu nome. Os advogados distribuíram duas ações idênticas, com a mesma parte autora, contra a mesma instituição e com os mesmos pedidos, sendo uma representada por um dos advogados na 1ª Vara Cível de Pesqueira (PE) e a outra na Vara Única da Comarca de Altinho (PE). Os advogados foram condenados, em cada um dos processos, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. A defesa do BMG, em todos os casos, ficou a cargo do escritório Queiroz Cavalcanti Advocacia.

Crescem demandas judiciais envolvendo empréstimo consignado

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) indicam o aumento expressivo da judicialização relacionada a empréstimos consignados.

Em 2020, eram cerca de 240 mil processos. Em 2023, o número saltou para 585 mil e, até agosto de 2024, já são mais de 320 mil novos processos ajuizados com o tema. Segundo informações do Banco Central, em 2023, o saldo de operações nesta modalidade alcançou aproximadamente R\$ 560 bilhões. “Apesar da facilidade para contratação e juros mais baixos, a utilização dessa modalidade é também alvo de fraudes, descontos indevidos e outras questões, o que acarreta em milhares de processos com a mesma temática, impulsionados por ações por vezes predatórias”, explica o vice-presidente do STJ, ministro Luis Felipe Salomão.



Fernando Lopes/CB/D.A.Press

Soluções em debate

Para tratar da desjudicialização de demandas envolvendo empréstimos na folha de pagamentos e descontos na conta, a Revista Justiça e Cidadania promove, em 26 de setembro, o I Seminário Nacional de Crédito Consignado. O evento será realizado no auditório do STJ e conta com a parceria da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e do Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Coordenado pelo vice-presidente do STJ, ministro Luis Felipe Salomão, e pelo professor Diego Monteiro Baptista, o seminário será aberto ao público. Entre os palestrantes confirmados estão o presidente da Febraban, Isaac Sidney, o ministro Luis Felipe Salomão, o corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell Marques, e os ministros do STJ Marcos Buzzi, Moura Ribeiro e Benedito Gonçalves.

“O poder econômico e o tamanho da conta bancária não fazem nascer uma esdrúxula imunidade de jurisdição”

Ministro Flávio Dino, sobre a suspensão do X



Rosinei Coutinho/SCO/STJ

ENTREVISTA — GEORGES SEIGNEUR, procurador-geral de Justiça do Distrito Federal

“O combate à corrupção e a defesa dos direitos do cidadão são indissociáveis”

Ana Maria Campos

O procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, estava no início do mandato quando precisou lidar com uma situação de crise: o 8 de janeiro de 2023. No comando do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), ele criou e presidiu um grupo de gestão para acompanhamento da intervenção federal na segurança pública do DF que lidou com mais de 1,3 mil prisões e colaborou com cerca de mil audiências de custódia. Passada a fase aguda, Seigneur apostou em tecnologia, inteligência artificial e manteve a equipe de promotores de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que atuou em várias investigações na área de saúde. Na gestão de Seigneur, o Gaeco realizou mais de 20 operações, incluindo a Operação Vigiã, que atingiu diretamente a cúpula da Polícia Civil do DF. Candidato à recondução, Seigneur tem apenas um adversário, o promotor de Justiça Antônio Suxberger. Dessa forma, os dois estão na lista que será encaminhada ao presidente Lula, para nomeação do próximo chefe do MPDFT, para o biênio 2024-2026. A campanha, então, será, na verdade, um teste de popularidade pelo trabalho realizado.

Quais foram os principais acertos de sua gestão?

Talvez essa pergunta seja melhor respondida pela sociedade e pelos integrantes, colegas do MPDFT. Porém, posso apresentar alguns números. No atendimento à população, alcançamos 97% de satisfação em pesquisa recente que realizamos. No quesito transparência, obtivemos índice de 100% em análise do CNMP. Somos o MP com maior êxito nos recursos perante o STJ, com índice de 65%, enquanto a média nacional é 14% (geral) e 35% entre os MPs. Neste ano, temos 40 projetos pré-selecionados para a premiação do CNMP. Estamos entre os 5 MPs que mais apresentaram soluções. Em menos de dois anos, promovemos 44 acordos de cooperação com instituições públicas para melhoria dos serviços nas mais diversas áreas. Criamos uma assessoria especializada em tecnologia e estamos na vanguarda do uso da Inteligência Artificial para agilização dos serviços e melhor compreensão dos problemas sociais. Fortalecemos a atuação nos direitos humanos, nas áreas investigativas e na promoção de políticas públicas. Tudo isso é trabalho coletivo. Formamos uma equipe forte e

Divulgação/MPDFT



implementamos uma gestão realmente participativa, na prática e não apenas no discurso. Destaco, ainda, a nomeação de uma mulher (pela primeira vez na história do MPDFT) para a secretaria-geral e a pacificação interna, que é importante para o trabalho em equipe.

Em que áreas pretende avançar?

Nós avançamos muito no uso da tecnologia e esse é um caminho sem volta. Estamos abordando essa revolução tecnológica com extrema seriedade e responsabilidade, reconhecendo tanto o seu potencial inovador quanto os desafios éticos e práticos que apresenta. Também avançamos na humanização do atendimento e da concretização da Justiça. Temos feito isso de forma complementar e buscaremos aprimoramento. Hoje, temos ferramentas próprias de IA voltadas à análise de dados nas mais diversas áreas do MP, inclusive violência doméstica. Sobre esta última, criamos recentemente uma comissão multidisciplinar que se dedica à compreensão das complexidades que envolvem esse crime. Os números são alarmantes e o percentual de condenação é de quase 100%. Mas é preciso agir na prevenção, na proteção à vida. O MP tem de avançar de acordo com as demandas da sociedade, na defesa dos seus direitos e garantias constitucionais. Temos questões sociais sérias nas áreas da saúde, educação, segurança, patrimônio público, proteção de grupos vulneráveis, como a população de rua, por exemplo, e do combate à violência.

Qual deve ser o foco do MP? Mais combate à corrupção ou mais defesa dos direitos do cidadão?

O combate à corrupção e a defesa dos direitos do cidadão são indissociáveis, um não existe sem o outro. O foco do MP deve ser a dignidade da pessoa humana, que engloba os

dois. A essência do MP é a proteção dos direitos e todos esses direitos estão relacionados de alguma forma ao exercício pleno da cidadania, ao acesso a serviços e garantias que melhorem a vida da população, que protejam a vida. O combate à corrupção é fundamental nesse contexto porque o mau uso dos recursos públicos leva à deterioração dos serviços e dos equipamentos públicos que são primordiais ao desenvolvimento social e à garantia da vida. Temos de olhar em todas as direções e atuar de forma articulada. O MP é a soma da proteção à sociedade, do respeito aos direitos humanos, da fiscalização e cobrança de políticas públicas.

O Brasil regrediu no combate à corrupção depois das derrotas judiciais da Operação Lava-Jato?

O combate à corrupção está no contexto da macrocriminalidade e isso impõe desafios de atuação, principalmente na produção de provas e no desmantelamento de organizações sofisticadas que se estabelecem e se ramificam no Poder Público. Nesse sentido, é preciso agir com mais eficiência, respeitando os ditames constitucionais, haja vista que somos responsáveis pela defesa da ordem jurídica. A modernização da atuação é imprescindível, respeitando-se sempre o processo legal. No MPDFT, temos avançado principalmente no campo da colaboração entre instituições para compartilhamento de dados. A informação é a arma mais poderosa. Somos referência na investigação de crimes cibernéticos e nos que estão relacionados a cryptoativos. Nesses 18 meses de gestão, somente o Gaeco atuou em mais de 20 operações próprias ou em parceria com outros MPs, nas mais diversas áreas do crime organizado como fraudes na saúde, grilagem de terra e desvio de patrimônio público, por exemplo. Isso resultou em bloqueio de mais de R\$ 200 milhões para

reparação de danos. É um trabalho silencioso e demorado porque precisa ser feito de forma responsável.

O MP deve procurar conciliações e acordos com o Poder Público antes da via judicial?

Não apenas acredito como defendo essa forma de atuação. O processo judicial é caro, demorado e desgastante. A sociedade quer agilidade na solução dos seus problemas, na proteção dos seus direitos. O diálogo é a nossa primeira via, quando não funciona, temos as ferramentas da lei. Vou citar um exemplo. Recentemente, firmamos um Termo de Ajustamento de Conduta com uma empresa que fornece alimentação para os presídios. Foi um acordo histórico, que vai destinar R\$ 800 mil a projetos de melhoria do sistema prisional e para a sociedade em geral. Na educação, por exemplo, o MPDFT enviou recomendação para o governo local nomear o maior número possível de monitores para apoio aos alunos com deficiência. Isso resultou no anúncio da nomeação de 1,8 mil profissionais. Esse é apenas um exemplo, além de várias recomendações assinadas com outras promotorias.

Que legado quer deixar como procurador-geral de Justiça?

O legado que precisamos deixar, como membros do MP, é uma sociedade mais justa e igualitária, que conhece e exerce os seus direitos. O meu desejo é que a população enxergue o MP como um aliado na conquista de uma vida melhor e no exercício da Justiça. Porque o acesso aos direitos melhora a vida do cidadão. Quero que a aproximação com a sociedade seja uma realidade e temos trabalhado fortemente para isso, em todos os aspectos. Recentemente, tivemos uma experiência sobre o que penso que deve ser o MP. Recebemos representantes da Comissão de Direitos Humanos da CLDF, acompanhados de cidadãos, principalmente mães que perderam filhos em razão da falta de estrutura nos serviços de saúde no DF. Foi uma reunião dolorosa, com relatos comoventes, mas que nos fortaleceram no propósito de buscar justiça para esses casos, além de nos permitir auxiliar as vítimas nos pedidos de reparação. Entendemos que a Justiça deve ser para todos e a construção de soluções exige aproximação e conhecimento das necessidades dos cidadãos. Precisamos viver em uma sociedade em que a excelência dos serviços e a eficiência da administração pública sejam elementares. Nesse sentido, o MP é um agente fundamental para fiscalizar e cobrar resultados, de quem quer que seja.

Visão do direito



Monica Lopes de Mendonça
Sócio do Villemor Amaral advogados



Vitor Carvalho Lopes
Sócio do Villemor Amaral advogados

O uso da Selic e o consignado

O uso da taxa Selic como parâmetro para reduzir as taxas de juros do consignado para aposentados e pensionistas é vista com preocupação, pois o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) não tem levado em conta qualquer critério técnico nem a estrutura dos custos das instituições financeiras para fazer a alteração, o que pode trazer diversos prejuízos à regulação do mercado com reflexos, consequentemente, na sociedade.

Desde 2023, o CNPS aprovou oito reduções no teto da taxa de juros do consignado. A última ocorreu em maio de 2024, pouco mais de um mês da diminuição anterior ter sido feita. Nos empréstimos com desconto em folha, a taxa de juros mensais passou de 1,68% para 1,66%, enquanto para o cartão de crédito consignado e o cartão consignado de benefício, o limite foi de 2,49% para 2,46% ao mês. Os novos percentuais já estão em vigor.

A proposta partiu do Ministério da Previdência Social, sob a justificativa de redução de 0,25% na taxa Selic, promovida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). Na visão do governo, o teto do consignado deve ser alterado proporcionalmente à redução da Selic. Traçando um histórico, de dezembro/2021 até maio/2024 houve uma redução significativa de 0,48% na taxa de juros do empréstimo consignado.

As constantes diminuições das taxas de

juros geram insegurança ao mercado e inviabilizam a oferta ao crédito, especialmente para as instituições financeiras de pequeno e médio porte, por não conseguirem suportar a estrutura de custos dos produtos, acarretando, conseqüentemente, redução ou até na suspensão da comercialização. O reflexo imediato recai sobre os aposentados e pensionistas do INSS, que terão que procurar linhas de crédito com custos bem mais altos.

Não há sentido no uso da taxa Selic como gatilho para redução da taxa de juros nas operações de crédito consignado entre as instituições financeiras e os beneficiários do INSS. Isso porque ela é evidentemente inadequada enquanto parâmetro do custo do funding dos agentes econômicos que operam nesse mercado, tampouco o único, como dá a entender a reiterada metodologia adotada pelo CNPS para a frequente tomada de decisão de redução dos juros. Assim se afirma porque, ao se estruturar uma operação de captação de recursos pelas instituições financeiras para a realização de operações de consignado, é preciso avaliar o comportamento da taxa de juros futuros do país por um período de, ao menos, dois anos. Em todas as projeções que se tem notícia, a taxa de juros futuro se encontra precificada a um valor maior do que as praticadas atualmente.

Somam-se a isso o prêmio de risco de captação a variar, segundo as características

de cada agente econômico, análises de crédito e performance, e outros custos fixos que compõem a estrutura de despesas dessa operação e que somente aumentam, tais como, aluguel, luz, água, e especialmente gastos com os correspondentes bancários, tão necessários a essa indústria para garantir capilaridade a esse produto em todo o país.

Relevante constatar que o CNPS, ao ignorar essa realidade técnica e reduzir drasticamente a taxa de juros do consignado no último um ano e meio, deixa de observar que não é preciso um teto baixo de juros para que se pratique taxas menores. A regulação é feita pelo próprio mercado. Em outros termos: a taxa média acaba ocorrendo pela própria competição entre as instituições financeiras, gerando uma autorregulação. O teto nessa ocasião deveria servir para coibir abusos de instituições financeiras e não para alijar agentes econômicos — e por via de consequência oferta de operações de crédito sob essa modalidade — prejudicando os consumidores.

A forma como a redução da taxa de juros está sendo feita pelo CNPS, sem incluir outras instâncias regulatórias, como o Ministério da Fazenda e o Banco Central, leva a crer que esse processo decisório, mais uma vez, não observa os riscos regulatórios a ele inerentes, gerando um déficit de qualidade dessa regulação e efeitos deletérios para a sociedade como um todo, especialmente

para os aposentados e pensionistas do INSS, parte mais vulnerável que a política regulatória deveria justamente defender.

Entre os resultados indesejados, teremos: redução da oferta do crédito consignado; prejuízo para a parte mais vulnerável da população, uma vez que aposentados e pensionistas terão que migrar para linhas de crédito mais caras, demonstrando ineficiência da política pública; eliminação dos correspondentes bancários, por ausência de incentivos a esse agente econômico e a consequente perda de postos de trabalho e queda de arrecadação; perda da capacidade de operação dessa linha de crédito por bancos de pequeno e médio porte, impossibilitando que o serviço seja oferecido em todo o território nacional; concentração bancária na oferta do crédito consignado e consequente redução da concorrência; e ampliação do custo regulatório, em razão da composição das despesas assumidas pelos empresários para colocar o produto em circulação no mercado.

A quantificação dos custos e benefícios parece realmente não fazer sentido. Logo, conclui-se que o CNPS, ao aplicar a redução dos juros única e exclusivamente com base na taxa Selic, e deixar de realizar uma adequada análise de custo-benefício, estudos de viabilidade técnicas e de impactos causados ao setor financeiro, prejudica não só todos os agentes econômicos como a parte mais vulnerável que ela visava defender e proteger.

Visão do direito



Ana Carolina Mello

Advogada, mestre em direito da regulação pela FGV Direito Rio e em responsabilidade social corporativa pela Pontifícia Universidad de Salamanca (Campus Madrid), autora do livro “Sistema Financeiro Nacional e Coordenação Regulatória”

Coordenação regulatória do Sistema Financeiro Nacional na pauta do dia

O assunto “coordenação regulatória” está na ordem do dia. Recentemente, reverberou a notícia sobre o estudo em curso no âmbito do Ministério da Fazenda que busca a reorganização de parte da instância de supervisão do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Essa reorganização pode ensejar a superação de algumas das externalidades negativas do modelo atual de repartição de competências por meio da criação de dois super-reguladores a partir do BCB, CVM e SUSEP.

Essas entidades e a PREVIC supervisionam os mercados do SFN e compartilham o mesmo espaço regulatório. As notícias divulgadas não trazem os detalhes, mas pode ser que haja assimilação das funções regulatórias do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional de Seguros Privados pelos dois super-reguladores, que passariam a regular

e supervisionar os mercados financeiro, de seguro, de previdência aberta e capitalização.

A concentração nem sempre resolve falhas de coordenação regulatória, mas é fundamental que o assunto esteja na pauta do governo. Estas desafiam a coerência, consistência e harmonia do Sistema Financeiro Nacional, além de afetar a eficiência das entidades, a efetividade do próprio SFN e, ainda, prejudicam a accountability pelos agentes públicos.

Existem mecanismos formais de coordenação regulatória instituídos pela instância de supervisão do SFN que, se adequadamente utilizados, serviriam como antídoto para superar as falhas do modelo de organização descentralizado da administração pública. Contudo, conforme evidenciado no livro “Sistema Financeiro Nacional e Coordenação Regulatória”, lançado recentemente em Brasília, essa rede de cooperação precisa ser aprimorada para

que a atuação conjunta dessas autarquias do SFN nas pautas afins tenha um fluxo contínuo e permanente de trocas. A atuação sinérgica das autarquias de supervisão do SFN favorece, principalmente, a sociedade que passa a contar com a prestação do serviço público mais eficiente e sem redundâncias.

A reorganização do SFN pode viabilizar melhor coordenação regulatória e incrementar a eficiência da política regulatória. Além disso, considerando as pretensões geopolíticas do Brasil, as mudanças acenam para o caminho que endereça algumas das preocupações suscitadas pela OCDE no seu Relatório intitulado “Regulatory Reform in Brazil”, publicado em 2022, relacionadas às deficiências da governança regulatória e dos arranjos institucionais do país.

Conforme mencionado no livro “Sistema Financeiro Nacional e Coordenação

Regulatória”, “nesse Relatório, ao tratar das políticas regulatórias e instituições, a OCDE reconheceu que o Brasil possui iniciativas de simplificação regulatória, mas constatou que as estratégias e suas ações não decorrem de um planejamento amplo, integrado e coordenado entre os vários níveis de governo e autoridades, em outras palavras, falta coordenação para implementação dessas medidas tendentes à simplificação administrativa e à alocação mais eficiente do gasto público”.

Reorganizar o SFN é necessário. O estudo em curso do Ministério da Fazenda, bem como a proposta inspirada no modelo inglês (Twin peaks), por meio da criação de dois super-reguladores, segue, em parte, a estratégia de concentração que pode ser a solução para os problemas de coordenação regulatória. Certamente, o cidadão será o principal beneficiário das melhorias a serem implementadas no SFN.

Visão do direito



Thiago Turbay Freiria

Doutorando em direito pela Univesitat de Girona (Espanha), mestre em direito pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em raciocínio probatório pela Univesitat de Girona (Espanha) e pela Università Degli Studi di Genova (Itália), pós-graduado em direito probatório pela Universidad Alberto Hurtado (Chile), sócio do escritório Boaventura Turbay Advogados

O STF na defesa da democracia

O 8 de janeiro de 2023 marcou um ponto de inflexão para o Brasil. Após os ataques às sedes dos Três Poderes em Brasília, ficou evidente que era imprescindível adotar medidas mais rigorosas para conter a disseminação de fake news e a atuação das chamadas “milícias digitais”. A Suprema Corte deu respostas que merecem reflexão.

Desde então, as instituições promoveram iniciativas de contenção, o que desborda no conceito de democracia defensiva ou combativa: ações necessárias para evitar a erosão das democracias mediante ataque multiagenda e multinível às instituições constituídas. O Supremo Tribunal Federal foi provocado e intensificou investigações originárias, com escopo de interromper a propagação de desinformação e financiamento de grupos que ameaçam a democracia.

Como parte dessas ações, perfis em redes sociais, como o X (ex-Twitter), usados para atacar instituições democráticas, foram

bloqueados. Tais medidas enfrentaram grande resistência, especialmente da extrema direita, que alegou violação da liberdade de expressão. Mas que liberdade de expressão é essa? Há grande divergência do conteúdo de liberdade ante a proteção às ofensas detratórias de direitos. Existem liberdades incomunicáveis com o Estado Democrático de Direito.

O X descumpriu ordens judiciais. Não retirou do ar os perfis investigados, dando início a um grande embate jurídico entre a Corte brasileira e uma das maiores plataformas digitais do mundo. No entanto, as medidas do STF, longe de serem uma afronta à liberdade de expressão ou de serem previamente referidas como atos de censura, guardam razões jurídicas as quais todo cidadão deveria, efusivamente, defender.

A liberdade de expressão, embora fundamental, não é absoluta e deve ser equilibrada com a proteção constitucional que proíbe discursos ofensores de bens jurídicos sob tutela do Estado. Quando a liberdade

de expressão é utilizada para desestabilizar o regime democrático, ela deixa de ser um direito legítimo e é necessário que haja responsabilização nessa história.

A proteção dessa estrutura discursiva deve ser rigorosa contra o direito penal fragmentado, que atua como um mecanismo de regulação e estabelece condutas proibidas. Consequências jurídicas devem afetar a liberdade de forma a promover a emancipação das liberdades individuais, em contraste com a criminalização inadequada. Todavia, é preciso conter excessos e, esse é o debate fundamental.

Dito isso, para determinar se as plataformas de internet podem ser responsabilizadas penalmente, é necessário considerar se uma política de controle eficaz poderia impedir a disseminação de conteúdo ilícito, se a monetização de perfis responsáveis contribui para a propagação desses conteúdos e se a plataforma cria um ambiente propício para práticas ilegais. A análise deve revelar se a ausência de mecanismos eficazes para bloquear práticas

ilícitas pode aumentar o risco ao bem jurídico.

O posicionamento de Alexandre de Moraes, respaldado pelos demais ministros do STF, apresenta um critério de decisão acerca dos fatos, aplicando-se regramentos acerca da exigência para empresas estrangeiras operarem no Brasil e garantias aos usuários e à sociedade, respaldadas no Marco Civil da Internet.

Estabelecer critérios de decisão claro é instrumento profícuo e permite à sociedade manejar instrumentos de correção, para tanto é preciso cotejar a função diretiva do estado juiz, para que não transborde. Para além das possíveis ações desproporcionais, como o bloqueio e multa de VPN, é necessário crivar a decisão de aspectos intransitivos: a defesa do Estado Democrático de Direito.

Esse episódio reafirma a soberania do Brasil frente à influência estrangeira e estabelece um parâmetro significativo para a manutenção dos princípios constitucionais e a supremacia dos interesses nacionais sobre a manipulação digital.

Visão do direito



Ticiano Gadêlha

Advogado especialista em direito da propriedade intelectual (PUC/RJ). Fundador da ComoRegistrar e do escritório Tórres Gadêlha Advocacia

Advocacia 4.0: O fim do advogado tradicional na era da IA

A advocacia, historicamente marcada por tradições e formalidades, está passando por uma transformação profunda, especialmente quando se trata de atender a empresas de tecnologia. Essas empresas não buscam o advogado tradicional, preso a processos burocráticos e respostas padronizadas. Elas querem um profissional moderno, que compreenda as nuances da vida contemporânea e esteja preparado para oferecer soluções jurídicas inovadoras que acompanhem o ritmo acelerado do mundo digital.

Esse novo perfil de advogado vai além do conhecimento jurídico convencional. Ele precisa entender profundamente as tecnologias emergentes, a inovação constante e as dinâmicas de negócios dessas empresas. Não basta conhecer o direito; é fundamental dominar os desafios específicos do setor tecnológico e saber como aplicar o direito de forma eficaz e ágil. Esse profissional moderno deve ser capaz de oferecer respostas rápidas, claras e personalizadas, muitas vezes utilizando ferramentas tecnológicas para

otimizar processos e melhorar a eficiência dos serviços jurídicos prestados.

Um dos elementos mais marcantes dessa nova advocacia é a criação de produtos jurídicos. Diferente dos serviços tradicionais, os produtos jurídicos são soluções desenhadas para atender necessidades específicas das empresas, com um enfoque preventivo e de automação. Esses produtos podem incluir desde contratos inteligentes baseados em blockchain até plataformas de compliance automatizado, permitindo que as empresas gerenciem riscos de maneira proativa e eficaz, sem depender constantemente da intervenção direta de um advogado. Essa abordagem não só atende às demandas por eficiência e agilidade, mas também se alinha com a mentalidade tecnológica das empresas, que valorizam soluções escaláveis e replicáveis.

O Brasil conta com cerca de 2 milhões de advogados, muitos dos quais ainda estão ancorados em práticas tradicionais. No entanto, a nova advocacia exige um movimento de renovação, que passa pela necessidade de abraçar esses novos profissionais

e integrá-los ao contexto da modernidade. Esses novos advogados trazem consigo uma mentalidade mais aberta à inovação, ao uso de tecnologia e à experimentação. Eles estão mais inclinados a questionar o status quo e a buscar maneiras de melhorar a prática jurídica por meio da adoção de novas ferramentas e métodos de trabalho. Para as startups e demais empresas de tecnologia, que já nascem imersas no digital, esse novo advogado é um aliado valioso, capaz de entender suas demandas e oferecer soluções compatíveis com seu ritmo e suas expectativas.

É essencial que a advocacia reconheça a existência de um mercado crescente que evita o advogado tradicional. Esse mercado, composto principalmente por startups e demais empresas de tecnologia, valoriza a praticidade, a eficiência e a inovação. Essas empresas preferem advogados que possam acompanhar seu ritmo acelerado, que compreendam os desafios específicos do setor e que estejam dispostos a abandonar práticas obsoletas em favor de abordagens mais modernas e adaptadas às suas necessidades. Ignorar esse movimento é correr o risco de

perder relevância em um mercado que está cada vez mais disposto a explorar alternativas ao modelo tradicional de prestação de serviços jurídicos.

A nova advocacia, voltada para startups e demais empresas de tecnologia, representa uma mudança significativa no perfil do profissional jurídico. Ela exige uma abordagem moderna, que vá além do conhecimento jurídico tradicional e que seja capaz de integrar tecnologia e inovação na solução de problemas. A criação de produtos jurídicos e a necessidade de abraçar novos advogados são elementos centrais nessa transformação, que busca atender um mercado que rejeita o advogado tradicional em favor de soluções mais ágeis e eficazes. Nesse contexto, o advogado moderno não é apenas um prestador de serviços, mas um verdadeiro parceiro estratégico, capaz de compreender e atuar de maneira proativa nas demandas de um mercado em constante evolução. A advocacia que abraça essa mudança está destinada a se destacar e a conquistar seu espaço em um mundo cada vez mais moldado pela inteligência artificial e pela inovação.

Visão do direito



Maritisa Mara Gambirasi Carcinoni

Advogada e integrante da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/DF

Transparência e controle social

Os(as) candidatos(as) e os partidos políticos devem ficar atentos ao calendário de 2024. Entre 9 e 13 de setembro, os players devem enviar à Justiça Eleitoral a prestação parcial de contas por meio do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE). As informações devem conter as movimentações financeiras e/ou estimáveis em dinheiro realizadas do início da campanha até 8 de setembro, conforme o art. 47, § 4o da Resolução 23.607/2019 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As constantes inovações tecnológicas permitem aos cidadãos obter informações de propostas de governo, conhecer a ideologia política, e até mesmo debater assuntos de grande relevância para a comunidade com seus candidatos(as). Da mesma forma, essa revolução eletrônica possibilita que os(as) eleitores(as) certifiquem-se quem são os financiadores da campanha e de que forma os candidatos gastam os recursos recebidos.

Dessa forma, as prestações de contas parciais são instrumentos de fundamental importância para a tomada de decisão do(a) eleitor(a). O próprio legislador expressa sua preocupação com a movimentação financeira durante as campanhas eleitorais. Os(as) candidatos(as) e os partidos devem declarar as doações recebidas em suas contas eleitorais até 72 horas após o recebimento, ou seja, os donatários devem informar as quantias recebidas e as origens desses recursos.

Ademais, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 13 da Resolução 23.607/2019 do TSE, as contas bancárias abertas com o CNPJ dos candidatos e dos partidos não são protegidas por sigilo. Lembra-se que os(as) candidatos(as) e os partidos são obrigados a abrir

conta bancária específica, mesmo que exista movimentação financeira, nos termos do art. 22 da Lei 9.504/2024.

Essas normas asseguram o controle social sobre o fluxo de valores das campanhas eleitorais, corolário do princípio da transparência e da publicidade. Tais premissas permitem que a sociedade civil acompanhe o proceder dos seus elegíveis em relação ao accountability das receitas e despesas de campanha, bem como combater possíveis abusos de poder econômico de candidaturas.

Até as eleições de 2018, a omissão ou o atraso do envio da prestação de contas parcial, desde que corrigida na prestação de contas final, consistia em mera impropriedade a qual não ensejava consequência na análise contábil. A contabilidade das campanhas eleitorais tinha como destinatária a Justiça Eleitoral, sendo os(as) eleitores(as) meros coadjuvantes na fiscalização.

Em regra, os prestadores de contas não precisavam justificar suas omissões nos balanços parciais, desde que fizessem a declaração correta nas contas finais. A ocultação das doações de bens e serviços no balanço contábil parcial impedia que os(as) eleitores(as) obtivessem informações primordiais na escolha de seus representantes. O TSE possui diversos julgados no sentido de que “havendo o registro integral da movimentação financeira de campanha na prestação de contas final, a falha [a omissão de envio de relatórios financeiros em contas parciais] enseja tão somente a anotação de ressalva” (AgR-AI nº 0600055-29/SC, Rel. min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJe 19.2.2020).

Contudo, nesse mesmo julgado, o ministro Edson Fachin apresentou voto-vista

para demonstrar, de fato, a relevância da prestação de contas parciais. Nas palavras do excelentíssimo ministro, “a divulgação parcial e antecipada de receitas, transferências e despesas visa não apenas a recrudescer a aura de confiabilidade das contas finais, na medida em que oferece aos órgãos de análise parâmetros que permitem a corroboração dos registros constantes das contas consolidadas, como também, franquear ao corpo de votantes referências concretas sobre o comportamento dos concorrentes, seja no que concerne às relações firmadas com representantes de interesses privados, seja com relação à racionalidade empregada na gestão de recursos financeiros, seja ainda no que diz com a necessária avaliação em torno da probidade na condução das campanhas”.

Essa fundamentação serviu de paradigma para a viragem jurisprudencial. Compreendendo a necessidade do controle social nas contas de campanha, o TSE alterou seu entendimento para as eleições de 2020 para desaprovar as contas de candidatos(as) e partidos que se omitirem ou atrasarem a declaração de receitas e despesas de forma parcial. “Esta Corte Superior [TSE] firmou entendimento, aplicável às eleições de 2020 e subsequentes, no sentido de que a omissão de informações em prestações de contas parciais e relatórios financeiros configura irregularidade, haja vista comprometer a transparência, a lisura e a confiabilidade das contas” (PCE n. 0601635-60/DF, relator ministro Raul Araújo, DJe 29.8.2023). Esse apontamento, por si só, é passível de desaprovação das contas apresentadas à Justiça Eleitoral.

Essa postura mais rigorosa atribui maior cuidado aos(as) candidatos(as) e aos partidos

quanto aos balanços contábeis parciais. Como se vê, os órgãos julgadores estão preocupados não apenas com a formalidade da prestação de contas, mas que informações relevantes, como os financiadores de campanha, sejam acessíveis ao(a) eleitor(a), possuidor do poder constituinte originário. O art. 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU expressa que “a vontade do povo será a base da autoridade do governo; essa vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto”.

Dessa forma, o princípio republicano exige das autoridades públicas o compromisso de prestar contas e o direito do(a) cidadão(a) de pedir essas informações. É requisito indissolúvel que qualquer pretendente a cargos eletivos e o partido o qual ele representa enviem suas prestações de contas parciais a fim de permitir o efetivo controle social. Rememore-se que os partidos que tiverem suas contas eleitorais rejeitadas serão sancionados com suspensão de repasses de quotas do Fundo Partidário por um a 12 meses, nos termos do art. 25 da Lei 9.504/1997.

A rigor, o dever de prestar contas não é mero formalismo. Essa exigência legal consiste na obrigação de os(as) candidatos(as) e os partidos apresentarem os financiadores de suas campanhas e de demonstrar como esses recursos foram utilizados. Quem pretende cargo eletivo deve ser e parecer um bom gestor. A administração financeira de campanha deve ser fiscalizada e julgada à luz da legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, requisitos intrínsecos à administração pública.



Rafaela Sionek

Sócia da área trabalhista do BBL Advogados



Wellington Ferreira

Associado coordenador da área trabalhista do escritório Loeser e Hadad Advogados

Consultório jurídico

O plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) que discutem a validade dos contratos intermitentes. O julgamento está programado para ocorrer até 13 de setembro. Qual a avaliação sobre o julgamento?

O contrato de trabalho intermitente, criado pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), tem como principal

característica a previsão de possibilidade de alternância de períodos de atividade e inatividade, não configurando uma continuidade regular. Para a advogada Rafaela Sionek, sócia da área trabalhista do BBL Advogados, “as decisões do STF têm sido fundamentais para definir o alcance e a aplicação da Reforma Trabalhista, influenciando diretamente a dinâmica das relações de trabalho no Brasil”. “Enquanto algumas decisões foram vistas como avanços na modernização das leis trabalhistas, outras geraram controvérsias e debates sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores”, diz. Segundo Sionek, caso o STF declare inconstitucional a modalidade de

contrato, “alguns efeitos negativos potenciais podem surgir, como: insegurança jurídica, demissões, reduções de oportunidades de emprego e, até mesmo, o impacto econômico com o aumento da informalidade.” Mesmo com o atual placar empatado (2x2), a advogada acredita que o julgamento será favorável à constitucionalidade dessa modalidade contratual que, “além de contemplar a modernização e flexibilização das relações de trabalho, traz outras vantagens, como a adequação às necessidades do mercado e das empresas e a conformidade com princípios e preceitos constitucionais para a contratação do intermitente.”

Wellington Ferreira, associado coordenador da área trabalhista do escritório Loeser e Hadad Advogados, também entende que a decisão do STF trará um impacto significativo no mercado de trabalho. “Para as empresas, a confirmação da constitucionalidade poderia consolidar o uso de contratos intermitentes, oferecendo maior flexibilidade na contratação de mão de obra para atividades sazonais ou com demanda variável. Para os trabalhadores, entretanto, a decisão é crucial, pois há preocupações sobre a precarização das condições de trabalho e a garantia de direitos básicos, como salário e benefícios”, avalia.

Visão do direito



Erik Navarro

Ex-juiz federal, doutor em direito e empresário

Caso Pablo Marçal: direito eleitoral e comunicação digital

A recente decisão judicial que suspendeu as contas de Pablo Marçal nas redes sociais, em resposta à ação movida pelo partido de Tabata Amaral, traz à tona uma questão central: como equilibrar a proteção do processo eleitoral com as novas dinâmicas de comunicação digital, sem comprometer os valores democráticos? A medida judicial, que pode parecer paradoxal, revela a colisão entre um direito tradicional e a modernidade da comunicação digital, exigindo uma reflexão mais profunda.

O alvoroço gerado pela imprensa e por críticos fora da bolha de Marçal frequentemente oculta um preconceito enraizado: a desconfiança em relação àqueles que, como ele, destacam-se e prosperam fora das estruturas empresariais e financeiras convencionais. Para muitos, o sucesso de Pablo Marçal é um fenômeno intrigante, mas, para quem compreende as engrenagens do marketing digital, suas estratégias são familiares. Marçal, nesse contexto, não é apenas um comunicador, mas um verdadeiro estrategista da comunicação contemporânea, adaptado aos tempos atuais.

Sob a ótica jurídica, a ação proposta pelo partido de Tabata Amaral encontra fundamento. A suspensão das redes de

Marçal, respaldada pelo artigo 300 do Código de Processo Civil, visa prevenir o uso indevido de recursos na campanha eleitoral, que, obviamente, precisam ser declarados e terem origem lícita. Marçal, ao remunerar um exército digital para disseminar seu conteúdo, reproduz no ambiente virtual o que tradicionalmente se fazia no físico: a promoção massiva de um candidato. No entanto, ao supostamente não declarar esses recursos, ele teria infringido as normas eleitorais, “justificando” a medida cautelar.

Contudo, essa decisão judicial levanta questionamentos importantes sobre a aplicação do direito em um contexto digital. O artigo 300 do CPC, que autoriza a tutela de urgência em situações de risco e plausibilidade do direito, também impede a concessão dessa tutela quando ela pode causar dano irreversível ao requerido. A suspensão imediata das contas de Marçal, sem um prévio contraditório, exemplifica o risco de danos irreparáveis, principalmente ao balanço democrático do processo eleitoral e aos direitos do candidato.

Uma abordagem mais equilibrada teria sido a adoção analógica da Lei 8.437/1992, que prevê a possibilidade de antecipação do contraditório, permitindo que Marçal apresentasse sua defesa

em 72 horas antes da aplicação de qualquer sanção. Esse procedimento garantiria a devida proteção ao contraditório e, ao mesmo tempo, resguardaria a integridade do processo eleitoral.

Estrategicamente, a decisão judicial que buscava limitar o alcance de Marçal pode ter tido o efeito oposto. Seguindo a trilha de figuras controversas, como Andrew Tate, Marçal soube capitalizar a adversidade, transformando a suspensão de suas redes em um movimento de marketing ainda mais poderoso. Em questão de horas, seu novo perfil no Instagram angariou milhões de seguidores, demonstrando a antifragilidade de sua presença digital, um conceito popularizado por Nassim Taleb. Ao invés de sucumbir, a estrutura digital de Marçal se fortaleceu, evidenciando a resiliência do fenômeno digital frente às ações legais. Mais do que isso, agora, o algoritmo do Instagram prestigiará Pablo, pois é isso que acontece com contas novas, com muitos seguidores. O impacto de uma conta nova, com mais de dois milhões de seguidores, é muitas vezes superior, ao de uma conta antiga com 12 milhões, por incrível que pareça.

No entanto, a longo prazo, o embate jurídico pode ainda trazer consequências

significativas para Marçal. Se for comprovado o abuso de poder econômico, ele pode ter sua candidatura impugnada, o que encerraria sua trajetória eleitoral, independentemente do apoio popular nas redes sociais.

Esse cenário, contudo, não é novo no Brasil. A resistência às figuras que emergem fora das estruturas tradicionais da política é histórica. Silvio Santos, por exemplo, enfrentou um preconceito semelhante ao se lançar na política, e suas iniciativas eleitorais foram igualmente cassadas. Embora a comunicação digital tenha modernizado o marketing político, o cenário eleitoral brasileiro parece continuar arraigado em velhos paradigmas.

Assim, enquanto o marketing digital e as novas formas de comunicação avançam como uma força disruptiva na política contemporânea, o sistema jurídico-eleitoral ainda luta para adaptar-se às suas complexidades. O caso de Pablo Marçal ilustra a necessidade urgente de modernizar as leis e práticas jurídicas, de modo a proteger o processo democrático sem sufocar a inovação e a liberdade de expressão. Esse é o desafio do nosso tempo: encontrar o equilíbrio entre a proteção da democracia e a aceitação das mudanças inevitáveis trazidas pela era digital.



Thaís Riedel

Advogada no Distrito Federal e professora de direito previdenciário, com mestrado em direito previdenciário pela PUC-SP e doutorado em direito constitucional pelo IDP

Consultório jurídico

O Supremo Tribunal Federal (STF) reavalia um tema de interesse de aposentados do INSS: a revisão da vida toda. Na sua avaliação, como os ministros deveriam tratar essa questão?

Esse tema já foi exaustivamente debatido no Supremo. Essa mudança de

entendimento é muito maléfica para o segurado e nos coloca diante de uma grande insegurança jurídica. A Reforma de 1998 determinou que as contribuições feitas antes de 1994 deveriam ser descartadas e, algumas pessoas, tinham salários altos antes e, em 1998 salários menores, portanto, contribuições maiores que, poderiam, se consideradas, impactar positivamente em seus benefícios.

Em dezembro de 2022, o STF firmou tese no sentido de ser permitida a

inclusão do período anterior a 1994 no cálculo do valor do benefício dos aposentados. O INSS interpôs um embargo de declaração, e aí, o ministro Cristiano Zanin, que ingressou só em 2023 no STF, entendeu que não cabe ao STF julgar o tema e, sim ao STJ e que o processo deve ser anulado e ter início em outro Tribunal. O que seria muito ruim.

Os demais ministros estão analisando o voto do ministro e eu espero como advogada previdenciarista, mas antes de

tudo, como cidadã de que isso não ocorra. Não é razoável que tenhamos que lidar com tamanha insegurança jurídica. Imagina você ter um tema que já estava em discussão há 20 anos, como é o caso, haver uma decisão colegiada, um acórdão do STF proferido, e quando da análise de um recurso interno, haver uma decisão que põe fora toda essa discussão jurídica? Entendo não ser razoável até porque, houve a real contribuição por parte dos beneficiários.



Visão do direito



Júlia Bandeira de Melo Campos
Advogada sênior associada
do VBD Advogados



Thalita Vani
Sócia do VBD Advogados. Atua em
proteção da propriedade intelectual

Distribuição de Dividendos: Aspectos Societários

No contexto empresarial, a distribuição de dividendos é discutida sob vários aspectos. A forma de distribuição de dividendos pode até implicar uma mudança no tipo societário de uma sociedade/companhia. É direito essencial do sócio/acionista participar dos lucros sociais, conforme o Código Civil (C.C) e a Lei 6.404/76 (“LSA”). Ou seja, há vedação legal para suprimir o direito do sócio/acionista de participar dos lucros sociais, ainda que mediante deliberação unânime.

Condição para a Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos é um direito econômico conferido ao sócio/acionista e inerente à finalidade de toda e qualquer sociedade empresária, considerando que o seu objetivo está atrelado à obtenção de lucro e à partilha deste entre os seus sócios.

Embora seja um direito do sócio, a distribuição de dividendos depende da existência de lucro distribuível, sob pena de sua descaracterização. Caso contrário, pode haver responsabilização civil e criminal dos administradores (se houver dolo). A LSA prevê que os acionistas que tenham agido de má-fé devem, obrigatoriamente, restituir os dividendos, presumindo-se a má-fé caso não tenha sido levantado o balanço do exercício ou os dividendos tenham sido distribuídos em desacordo com as demonstrações financeiras. A distribuição de dividendos sem lucros contábeis pode acarretar, ainda, implicações tributárias.

Forma de Distribuição de Dividendos

Destacamos que, de forma geral, os dividendos devem ser pagos em dinheiro, embora haja discussões a respeito da possibilidade de distribuí-los “in natura”. Neste último caso, será considerada uma prestação em pagamento, dependendo, portanto, da concordância expressa do acionista-credor.

A Distribuição Obrigatória de Dividendos

A LSA prevê que os acionistas têm direito de receber dividendos obrigatórios de acordo com o previsto no estatuto social da companhia ou, se omissivo, o valor determinado conforme as regras lá estabelecidas.

Há duas hipóteses em que é possível distribuir dividendos abaixo dos limites mínimos obrigatórios: (i) pelas companhias abertas, quando esta é feita exclusivamente para captar recursos via debêntures não conversíveis em ações; e (ii) pelas companhias fechadas que não sejam controladas por companhias abertas que não se enquadrem na primeira hipótese. Além disso, se a situação financeira da companhia não permitir, a distribuição de dividendos deixa de ser obrigatória.

No entanto, os dividendos obrigatórios devem sempre respeitar e não podem prejudicar o direito dos preferencialistas de receberem os dividendos a que tenham prioridade, inclusive os atrasados.

Companhias Fechadas com Receita Bruta Anual de até R\$78 milhões

O Marco Legal das Startups (“ML das Startups”) estabeleceu que as companhias fechadas que tiverem receita bruta anual de até R\$78 milhões, na hipótese de omissão do estatuto social quanto à

distribuição de dividendos, ficam dispensadas de distribuir os dividendos obrigatórios. No entanto, foram mantidos os direitos dos preferencialistas em receber os dividendos fixos ou mínimos a que tenham preferência ou prioridade, conforme aplicável.

Princípio da Proporcionalidade

De forma geral, a distribuição de dividendos ocorre de forma proporcional à participação de cada sócio no capital social (sociedades limitadas) ou ao número de ações detido por cada acionista (sociedades por ações). A ideia é que “o sócio que mais contribuiu para a formação do capital social será, na mesma proporção, mais recompensado no momento da repartição dos lucros gerados pelas atividades da pessoa jurídica”

distribuídos desproporcionalmente, se previsto no contrato social e aprovado pelos sócios, sendo recomendável que a deliberação seja unânime para evitar questionamentos futuros. Nas sociedades por ações, a distribuição desproporcional não é permitida entre acionistas da mesma classe. Vale destaque, no entanto, para a possibilidade de emissão de ações preferenciais, cujas preferências podem consistir em prioridade na distribuição de

dividendo, fixo ou mínimo.

Há que se ponderar que, após a promulgação do ML das Startups, muito se discutiu sobre a (im)possibilidade de se realizar a distribuição de lucros desproporcional nas sociedades por ações. Isto porque a LSA foi modificada para que, em caso de omissão do estatuto quanto à distribuição de dividendos, estes serão estabelecidos livremente pela assembleia geral, hipótese em que não se aplicará o disposto no art. 202 da LSA.

Para alguns, a inclusão da expressão “estabelecidos livremente pela assembleia geral” deu margem à interpretação no sentido de se passou a permitir que, no caso das companhias fechadas com faturamento bruto anual inferior a R\$ 78 milhões, os lucros sejam distribuídos da maneira como for deliberado pelos acionistas, inclusive desproporcionalmente.

Entretanto, interpretando a nova redação, bem como o seu contexto, verifica-se que o legislador fez alusão, na verdade, à não necessidade de distribuição obrigatória de dividendos em tais companhias. Isto porque tal lei tinha como objetivo incentivar o crescimento de startups e, portanto, fazia-se necessário que eventuais lucros apurados nas companhias em estágio inicial não fossem obrigatoriamente distribuídos, mas sim reinvestidos, permitindo o seu crescimento. Tendo em vista que o ML das Startups é uma lei nova, não houve ainda entendimento jurisprudencial sobre o tema.

Por fim, muito ainda se discutirá sobre o tema da distribuição desproporcional de dividendos, considerando que está sendo um dos temas da Reforma Tributária e que, em 13.08.2024, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, prevendo, dentre outras mudanças, a incidência do ITCMD sobre a distribuição desproporcional de dividendos, na hipótese de ato societário praticado por liberalidade e sem justificativa passível de comprovação.

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

